

SINOPSES

24º CONGRESSO DO SINPEEM



A educação em crise e a crise na educação

De 29 de outubro a 01 de novembro de 2013



De 29 de outubro a 01 de novembro de 2013, os delegados eleitos em suas unidades participam do 24º Congresso do SINPEEM, que neste ano traz como tema central “A educação em crise e a crise na educação”.

Durante os quatro dias do evento, os participantes contarão com 32 palestras, além do painel de abertura do Congresso. Serão debatidos temas de fundamental importância para os profissionais de educação, desde a alfabetização, práticas educativas, violência, economia e política, até o uso de tecnologias em sala de aula, educação ambiental, inclusão, saúde, neurociência, entre outros.

Para garantir aos delegados melhor aproveitamento durante o 24º Congresso do SINPEEM, este caderno contém as sinopses das palestras.

A DIRETORIA

CLAUDIO FONSECA
Presidente



Obs.: os textos e a revisão dos mesmos são de EXCLUSIVA responsabilidade dos autores.

Até o fechamento deste caderno alguns palestrantes não haviam entregue suas sinopses, o que impossibilitou a publicação.

Por este motivo, não há impressão destes textos para o 24º Congresso.

29 de outubro

A educação em crise e a crise na educação	5
Escola em tempo integral ou educação integral?	8
Gestão democrática e ética nas escolas	10
As aventuras de Pi	12
Assédio moral ou abuso de poder?	13
Ressignificando o papel do professor na escola pública atual	15
Observação, trabalho e bons estímulos na educação infantil	16
A comunicação necessária entre a família, a escola e a sociedade	18
Ensino de nove anos: organização em ciclos	20

30 de outubro

Políticas públicas que impactam numa educação consolidada e de qualidade	23
A formação do profissional do Quadro de Apoio	26
Por que liberdade assistida na escola?	27
Intervenções pedagógicas para atender às especificidades dos alunos	30
Professor: vida, morte e ressurreição	32
Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea	33
Tecnologias e a prática na sala de aula	35
Avaliação escolar para além das provas e das formas tradicionais	37

31 de outubro

A propagação da violência entre os jovens	39
Inclusão: caminhos e limitações para as escolas e para os professores	42
Doenças profissionais comuns aos educadores: burnout e problemas vocais	45
Desequilíbrio e crise na ideia de valores	47
As interfaces das neurociências e a educação	50
Redescobrimdo a importância da arte na educação	54
O futuro de trabalho e o trabalho do futuro no Brasil	56
Cidadania e manifestações de rua	58

01 de novembro

Mudanças sociais e políticas: a educação está preparada para esta nova realidade? ..	59
A preservação ambiental no cotidiano das novas gerações	61
Mulher: condições de trabalho e qualidade na educação	63
O paradoxo entre os recursos tecnológicos e sua aplicação	65
Elos entre as culturas popular, tradicional e africana	66
A formação inicial dos professores no Brasil e no mundo	69
Relações interpessoais e as interações necessárias nas unidades escolares	71
Adolescentes à deriva: drogas e alcoolismo	73

Terça-feira, 29 de outubro

Tema: *A educação em crise e a crise na educação*

Educação no mundo contemporâneo e o impacto das tecnologias de informação e comunicação à prática pedagógica e ao currículo

*** Maria Elizabeth B. de Almeida**

A educação no mundo contemporâneo permite delinear novos contornos para as práticas educacionais e o currículo, levando os educadores a se confrontar com questões fundamentais que o currículo propõe, tais como por que, para que, o que, como, quando ensinar e aprender e com quais recursos e linguagens. Tais questões exigem respostas fundamentadas, inter-relacionadas e que contemplem a articulação entre a realidade marcada pela forte presença das tecnologias digitais de informação e comunicação – TDIC na dinâmica da vida, as diretrizes da educação nacional as políticas das redes de ensino e as características e necessidades dos diferentes contextos escolares.

Na perspectiva dialógica da convergência de ideias, da participação e da emancipação humana, da integra-

ção do tempo histórico com os novos espaços, tempos e contextos redimensionados pelas interações propiciadas pelas TDIC, a educação se propõe a oferecer condições para proporcionar aos aprendizes o desenvolvimento da capacidade de uso educativo e cultural das TDIC, buscando incorporá-las às suas práticas e modos de agir no presente para transformar o futuro.

Essa visão se coaduna com um currículo aberto, flexível, reconstruído na prática social educativa, considera a autonomia da organização escolar, a formação dos professores e a realidade onde vivem seus estudantes, de modo coerente e intrinsecamente articulado. De modo mais específico, na apresentação e nos debates da mesa-redonda serão abordadas as questões aqui delimitadas, os desafios colocados às escolas e aos educadores e as possibilidades de contribuições das Tecnologias de

Informação e Comunicação (TIC) para a mudança e a construção de inovações que melhor atendam as expectativas dos estudantes, propiciem a melhoria de qualidade das aprendizagens e contribuam para uma maior equidade social.

*** Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida**
– professora e doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), membro do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, linha de pesquisa Novas Tecnologias em Educação. Líder do grupo de pesquisa Formação de Educadores com suporte em meio digital, certificado desde 2003, com bolsa produtividade em pesquisa do CNPq. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Tecnologia e Formação de Educadores, atuando principalmente nos seguintes temas: integração de tecnologias ao currículo, tecnologias na escola, educação a distância, tecnologia e formação de educadores, inclusão digital, gestão escolar e tecnologias.

Mudanças profundas na educação com as tecnologias móveis

*** José Manuel Moran**

As tecnologias móveis trazem desafios novos para o processo de ensino e aprendizagem, como um todo, que afetam a forma como ensinamos e aprendemos dentro e fora da escola.

Podemos focar mais a orientação do que a explicação privilegiar a pesquisa em tempo real, as atividades individuais e grupais online, mudando lentamente as metodologias de transmissão para as da aprendizagem colaborativa e personalizada.

Podemos organizar uma parte importante do currículo no ambiente digital e combiná-lo com as atividades

em sala de aula de forma que o projeto pedagógico de cada curso integre o presencial e o digital como componentes curriculares indissociáveis.

O digital não será um acessório complementar, mas um espaço de aprendizagem tão importante como o da sala de aula.

*** José Manuel Moran** - mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Diretor do Centro de Educação a Distância da Universidade Anhanguera e autor de vários livros e artigos nas áreas de tecnologia e educação.

Da crise na educação à criatividade do sujeito: a crise como possibilidade do novo

* **Eliane Aguiar**

Para que o sujeito cumpra sua existência de modo criativo e singular, trazendo a sua verdade no bojo de suas criações, é preciso que ele possa ter o que desejar; esteja em um ambiente que equalize as ações educativas, promovendo situações e momentos nos quais o indivíduo se veja diante da necessidade de construir respostas próprias. Ou seja, é preciso que ele esteja no campo do Outro (da Cultura) para que se reconheça no desejo desse outro como um sujeito com suas verdadeiras itinerantes.

Ele está ali, no campo do Outro, para promover o retorno a seu próprio campo, objetivando e subjetivando sua existência no reconhecimento que esse Outro pode imprimir à sua causa de existir. Por isso, quando a educação escolar não equaliza suas funções (*Função Mantenedora da educação; Função socializadora da educação; Função repressora da educação; Função transformadora da educação* - KUPFER, 2001), ela priva o sujeito de transitar pelos dois campos, tornando-o um mero reproduutor de discursos, regras, normas, leis, porque não encontra lugar para sua falta e para aquilo que essa falta pode transformar em desejo.

Nesse sentido, a educação escolar, traduzida pela pedagogia da adaptação, pode minar as possibilidades criativas

e inovadoras da própria cultura, da própria civilização.

Pensar a educação em crise e a crise na educação faz-se, portanto, necessário, porque é justamente a crise que, segundo Hannah Arendt, em seu artigo “A crise na educação” (1957), ao *fazer cair as máscaras e destruir pressupostos*, nos dá oportunidade de explorar a essência do problema, observando que respostas prontas não servem como molde a novas questões. É preciso, portanto, fazer da crise um caminho em busca de respostas que sirvam ao cenário da Educação e às questões que fazemos hoje, para não perdemos a experiência da realidade, presos em nosso imaginário de Educação.

* **Eliane Aguiar** - mestre e doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp).
Especialista em Psicopedagogia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).

Tema: *Escola em tempo integral ou educação integral?*

*** Lígia Martha C. da Costa Coelho**

Na história da educação brasileira, a ampliação da jornada escolar para o tempo integral tem sido uma proposta recorrente, mas espasmódica. Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro foram dois educadores que, em épocas diferentes, perseguiram essa possibilidade, colocando-a em prática em escolas cuja carga horária excedia em muito a jornada escolar de quatro horas diárias.

Tanto o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR) – criado por Anísio em Salvador, na década de 50 – quanto os Centros Integrados de Educação Pública (Cirps), implantados por Darcy, nos anos 80 e 90 do século passado, são realidades que ainda hoje aí se encontram, embora nem sempre com os mesmos princípios e práticas que as constituíram enquanto escolas em tempo integral. No entanto, a essas duas realidades mais conhecidas, poucas foram as que se somaram.

Propostas como as dos Centros Integrados de Educação (CEIs), em Curitiba e dos Centros de Educação Unificada (CEUs), em São Paulo, acumularam práticas diferentes, enquanto escolas que funcionam em tempo integral. Contemporaneamente, há outras propostas que trabalham com espaços para além do espaço escolar, e que tam-

bém conformam um tempo integral para a escola. Mas, perguntamos: Todas essas experiências são, também, de educação integral? Continuando os questionamentos, inquiremos ainda: Em quais situações podemos afirmar que educação integral e tempo integral se complementam? Em quais práticas essas duas possibilidades podem se afastar? Que relações existem entre *escola em tempo integral e educação integral*, contemporaneamente, no Brasil?

Essas questões estão no cerne do debate que pretendemos realizar durante o 24º Congresso do SINPEEM, cujo tema central – A educação em crise e crise na educação – já prenuncia algumas das reflexões que introduziremos. Afinal, quando a jornada regular de 4 horas diárias vem gerando “crises” na educação brasileira, é possível que a jornada ampliada para o tempo integral duplique essa crise, ou há caminhos para que o tempo integral se constitua por meio de uma educação integral sócio-historicamente referenciada?

*** Lígia Martha C. da Costa Coelho -**

professora do Programa de Pós-graduação em Educação/Mestrado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e coordenadora do Núcleo de Estudos Tempos, Espaços e Educação Integral (Neephi).

Educação integral: uma perspectiva transformadora

*** Maria Guillermina Garcia**

Está na pauta das políticas públicas o atendimento das escolas em período integral e a extensão da jornada. A Educação Integral tem aparecido como uma política pública que pretende contribuir para uma educação de qualidade, assim como promover a intersectorialidade.

As experiências de Educação Integral também são denominadas de educação em *tempo* integral, porém a questão do tempo não deveria ser o eixo central da proposta, mas sim uma condição para garantir o trabalho na perspectiva da educação integral.

Esses dois termos por muitas vezes trazem confusões acerca da proposta de Educação Integral. Quando nos referimos a tempo integral, estamos falando da ampliação do tempo do aluno na escola. A questão é que o aumento do tempo pode não vir acompanhado do que entendemos por uma educação integral, na qual: o sujeito é contemplado em suas diversas dimensões, afetiva, cognitiva, física e social; o trabalho com o aluno permite o acesso ao conhecimento de forma integrada e articulada, rompendo com uma visão estanque das áreas do conhecimento; a escola está fortemente voltada para a realidade dos seus alunos e comunidade para que possa pensar no território de forma ampliada, propon-

do parcerias que permitam maior circulação das crianças e jovens nos locais onde vivem e estudam.

A ampliação dos tempos e espaços tem relação direta com a ampliação de oportunidades de aprendizagem. Além da extensão do tempo que os alunos irão ficar na escola, estamos falando de mudanças na relação com os tempos e espaços vivenciados por eles nessa escola e de mudanças nos processos educativos, é por meio dessa ampliação que poderemos incluir outros saberes no currículo da escola, outros atores nos processos educativos, assim como outros espaços que irão promover aprendizagens.

A extensão do tempo também é importante para permitir que o planejamento dos professores seja coletivo, que se efetivem trocas entre os responsáveis pelas diferentes disciplinas, somente assim poderão criar novas formas de promover um processo de ensino e aprendizagem mais orgânico e que esteja articulado ao Projeto Político Pedagógico das escolas.

*** Maria Guillermina Garcia** - psicóloga,
mestranda em Educação pela
Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo (PUC-SP). Gestora de
projetos na área de políticas públicas
de educação integral.

Tema: Gestão democrática e ética nas escolas

*** Naura Syria Carapeto Ferreira**

A gestão da educação, evolução histórica do conceito implicações práticas a partir da realidade concreta, que é fonte de reflexão e de novas tomadas de decisões. Seus compromissos diante da realidade existente. Gestão da educação é tomada de decisões. Gestão democrática da educação é tomada de decisões quanto à democracia, de que tipo de democracia se está falando? A adjetivação enfraquece o substantivo. Há que se definir a democracia para se trabalhar a partir dos princípios que a regem.

Todavia, não existe gestão democrática da educação sem ética. Não existe educação sem ética que é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens, como seres históricos, sociais e práticos, em sociedade. Isto é como seres que transformam conscientemente o mundo que os rodeia; que fazem da natureza externa um mundo à sua medida humana, e que desta maneira, transformam a sua própria natureza.

Como tomada de decisões vai exigir a compreensão de toda a complexidade e compromissos que este processo exige. Por consequência, gestão democrática é tomada de decisões democráticas sobre a educação, com a mesma exigência de compreensão de toda

complexidade e compromissos que o termo democracia possui.

Fala-se e usa-se o adjetivo democrático com a maior “facilidade” sem se expressar de que democracia se está falando, quais são os princípios dessa democracia “adjetivada” ou usada como adjetivo. Reduzem-na a processos numa perspectiva tecnicista sem vincular a valores que lhe norteiam e lhe dão o verdadeiro sentido. Reduzem-na a mecanismo para ascensão ao poder afim de não exercê-la de fato! Fala-se em democracia, em gestão democrática, defendendo-a e, contraditoriamente, se praticam as maiores exclusões com “indicações”, apadrinhamentos, conluíus convenientes, exclusivos e excludentes. Defendem-se eleições para diretores e indicam-se dirigentes para cargos que são eletivos. Faz-se “gestão democrática” tomando decisões interesseiras, Está é a realidade em que se vive no mundo das aparências que o capitalismo tão bem sabe arquitetar!

***Naura Syria Carapeto Ferreira** - pedagoga, mestre pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisadora de políticas públicas e gestão da educação; formação de profissionais de educação, emancipação humana, ética e formação humana. Tem livros publicados no Brasil e exterior e mais de cinquenta artigos em periódicos e revistas no Brasil e exterior.

Gestão democrática e cidadania

* **Carlos Roberto Jamil Cury**

A gestão democrática conquista inserida na Constituição, tem seus fundamentos tanto na letra da lei, quanto no espírito que a envolve.

Ela, uma das colunas da escola pública, se apoia e apoia o princípio da cidadania. Inserida na Constituição, em contraste com a gestão autoritária do regime militar, assinala a busca da participação e do diálogo como forma de prover e de promover desde as políticas educacionais até o exercício gestor no projeto pedagógico das escolas.

* **Carlos Roberto Jamil Cury** - formado em Filosofia, mestrado e doutorado em educação no Brasil. Pós-doutorado no país e no exterior. Foi membro do Conselho Nacional de Educação e presidente da Capes. É professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

ANOTAÇÕES

Tema: As aventuras de Pi

Cinema e consciência a partir do filme “As aventuras de Pi”

*** Mônica Guttmann**

O filme “As Aventuras de Pi”, dirigido pelo taiwanês Ang Lee, é uma adaptação do livro A Vida de Pi, de Yann Martel, que mostra um menino indiano chamado Pi (Suraj Sharma/ Irrfan Khan) que parte em mudança com a família para o Canadá em um navio de carga. Porém, a embarcação naufraga e ele fica à deriva no Oceano Pacífico, inicialmente na companhia de uma hiena, uma zebra, um orangotango e um tigre de bengala. E depois, apenas na companhia do tigre.

Um filme que além de trazer uma história cheia de desafios e emoções, é uma metáfora brilhante sobre a vida e as relações que estabelecemos com a

natureza, com os outros e com nós mesmos. Que nos faz entrar em contato com nossas semelhanças, diferenças, medos, limitações, potencialidades, tempo, espiritualidade e sentido da vida. Crianças e adultos identificam-se de alguma maneira com este filme que acaba expressando arquétipos e símbolos tanto individuais quanto coletivos.

Um filme que, se visto com os olhos do coração e da alma, é transformador. Neste encontro, assistiremos ao filme, destacaremos e compartilharemos alguns destes pontos significativos.

*** Mônica Guttmann** - psicóloga, arteterapeuta e escritora

ANOTAÇÕES

Tema: *Assédio moral ou abuso de poder?*

Assédio moral em escolas públicas e privadas: estudo de caso

*** Débora Miriam Raab Glina**

Não há uma definição consensual sobre assédio moral no trabalho, também denominado “mobbing”, “bullying”, “bossing”, “petty tyranny”, “harcèlement psychologique”, acoso laboral, entre outros.

Há várias definições, cada uma enfatizando diferentes aspectos. Existe consenso entre as definições quanto aos aspectos caracterizadores do assédio moral no trabalho: ser um processo composto por comportamentos negativos, repetitivos e duradouros, que vão se tornando gradativamente mais graves; contra os quais o alvo se sente sem condições de defesa; que podem ter efeitos devastadores na saúde; e cuja intenção é excluir o alvo do mundo do trabalho. Entretanto, há controvérsia sobre qual a frequência e duração a considerar e de quantas fases se compõe o processo de assédio, entre outros aspectos.

Foi realizada uma pesquisa-ação sobre assédio moral no trabalho no Serviço de Saúde Ocupacional do Hospital das Clínicas, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, entre 2006 e 2012, cujos sujeitos (participantes) foram os pacientes encami-

nhados ao serviço, com suspeita de terem sofrido assédio moral no trabalho, provenientes dos mais diversos ramos de atividade profissional e empresas.

A pesquisa inseriu-se na rotina do serviço, fazendo parte do fluxo de atendimento. Foi seguido um protocolo e foram desenvolvidos dois instrumentos.

Serão apresentados dois casos reais de professores, um de escola pública municipal e outro de escola particular, ambos participantes da pesquisa. Estes casos propiciarão o esclarecimento de algumas questões, tais como: direção do assédio moral; tipos de assédio moral no trabalho (interpessoal e organizacional), formas de manifestação do assédio moral no trabalho, diagnóstico e relação do trabalho com os danos à saúde desses professores, assédio moral objetivo e subjetivo. Através da discussão dos casos serão apontadas algumas ações preventivas visando aos indivíduos envolvidos, testemunhas e a organização.

*** Débora Miriam Raab Glina** – psicóloga, mestre e doutora em psicologia social pela PUS-SP, pós-doutoranda pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP), especialista em ergonomia pela Escola Politécnica da USP.

Autoridade ou autoritarismo?

* **José Roberto Heloani**

“O assédio moral é uma conduta abusiva, intencional, frequente e repetida, que ocorre no ambiente de trabalho e que visa diminuir, humilhar, vexar, constranger, desqualificar e demolir psiquicamente um indivíduo ou um grupo, degradando as suas condições de trabalho, atingindo a sua dignidade e colocando em risco a sua integridade pessoal e profissional.”
FREITAS, HELOANI, BARRETO. Assédio moral no trabalho, Editora Cengage, 2008.

Uma condição que agrava a intensidade e a natureza do assédio moral é a excessiva competição, relacionada ao processo de globalização. Tal condição facilita o surgimento de formas nocivas de tratamento por parte de gestores, que usam de seu poder para humilhar as pessoas sob seu comando.

Muitas vezes esses agressores são bem vistos por seus chefes devido à sua capacidade de tomar decisões difíceis e polêmicas. Costumam ser admirados por sua eficiência e eficácia, apesar da arrogância com que tratam seus subordinados. Tais gestores comumente possuem traços narcisistas e destrutivos. Eles sentem-se inseguros quanto à sua competência profissional e podem exibir, por vezes, traços paranoicos, projetando nos outros sua “sombra”, ou seja, aquilo que não conseguem aceitar em si mesmos. Agem com descon-

fiança em relação às atitudes alheias e têm grande dificuldade para aceitar críticas. Com isso, supervalorizam seu próprio trabalho e fortalecem sua autoestima. Ambiciosos e invejosos, constantemente aproveitam-se do trabalho alheio: apropriam-se das realizações de outros para montarem uma pseudoimagem de si próprios como verdadeiros “salvadores da pátria”.

O assédio moral costuma surgir com pouca intensidade. Porém, aos poucos vai se propagando e a vítima passa a ser alvo de um número crescente de humilhações e de brincadeiras de mau gosto. As vítimas temem fazer denúncias formais, com medo de retaliações, como mudanças desvantajosas de função e local ou até a demissão. Além disso, denúncias podem tornar pública a humilhação pela qual passaram, aumentando ainda mais seu sofrimento.

Embora seus agressores tentem desqualificá-las, as vítimas não costumam ser indivíduos doentes ou frágeis. São pessoas que tomam, de forma consciente ou inconsciente, posições de enfrentamento, algumas vezes questionando privilégios ou situações injustas. Com isso, se tornam os alvos das agressões. Isso ocorre justamente por não se deixarem dominar, por não se curvarem.

* **José Roberto Heloani** - professor titular na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisador e professor conveniado junto à Université de Paris X, Nanterre.

Tema: *Ressignificando o papel do professor na escola pública atual*

*** Celso dos Santos Vasconcellos**

O trabalho do professor é altamente significativo, tanto do ponto de vista social como pessoal; tem um grande potencial realizador pelos encontros humanos que propicia. Todo autêntico educador já experimentou aquela incrível satisfação de ser cumprimentado com carinho por um antigo aluno. Todavia, não devemos esquecer que no espaço formativo da sala de aula emerge o mundo, através das pessoas. E se o mundo anda em crise, é previsível que o trabalho docente esteja perpassado por fortes desafios.

Vivemos um momento em que, talvez como nunca, a cobrança esteja em cima de resultados. E os controles ficaram muito mais rápidos e sofisticados com os poderosos computadores a serviço de uma racionalidade instrumental. Se formos nos pautar por “resultados”. Talvez desistamos, pois, sem negar os avanços parciais, estamos, em termos de escala global, muito longe ainda de um mundo mais justo, mais humano. É isto que nos esfregam na cara, tentando nos vender a ideia de que devemos desistir de sonhar com um mundo melhor, de que esta história de “um outro mundo é possível” é “colóquio flácido para alentar bovinos” (conversa mole para boi dormir). O que o Sistema quer com isto é justamente fa-

zer com que nos “integremos”, nos conformemos e busquemos a felicidade não nesta busca maior, mas nos milhares de produtos de última geração que nos pode “oferecer”.

Cremos que um dos grandes desafios é mantermos a esperança dentro do turbilhão. A alegria, segundo Espinosa, vem da percepção do crescimento da potência, da capacidade de transformar a realidade de acordo com nossos sonhos e projetos. No entanto, como ser feliz quando há muita coisa organizada no sentido contrário aos nossos sonhos?

Se há colegas professores desistindo, todos devemos fazer de tudo para que não desistam mais, e façam um trabalho de qualidade social, libertador. Um dos contributos para isto tem a ver exatamente com a atribuição de sentido à atividade docente. Primeiro, na afirmação da relevância social do trabalho escolar (a Escola como instrumento da *Res Publica*, da Coisa Pública); depois, na afirmação da possibilidade de o professor realizar este trabalho com seus alunos, dentro de sua Zona de Autonomia Relativa (ZAR).

*** Celso dos Santos Vasconcellos** - doutor em Educação pela USP, mestre em História e Filosofia da Educação pela PUC-SP, pedagogo e filósofo. Responsável pelo *Libertad* - Centro de Pesquisa, Formação e Assessoria Pedagógica.

Tema: *Observação, trabalho e bons estímulos na educação infantil*

Práticas pedagógicas na educação infantil: do planejamento à avaliação

*** Beatriz Abuchaim**

A palestra tem como objetivo a discussão de um currículo para a educação infantil que propicie bons estímulos às crianças e as estratégias utilizadas pelos professores para transpor o que está currículo para o seu cotidiano de trabalho. Para tal, serão apresentadas as concepções teóricas presentes em documentos curriculares nacionais e municipais, além dos passos para a implementação de um currículo: planejamento, prática pedagógica e avaliação.

Especificamente será abordada a ideia de que o direito da criança à educação infantil não se limita à sua matrícula na escola, mas sim à frequência a uma instituição que possua qualidade de atendimento. A discussão sobre o currículo faz-se necessária, pois ele deve trazer elementos que norteiem a prática pedagógica e garantam padrões mínimos de qualidade. A partir dos documentos curriculares o professor organiza a sua prática pedagógica, valendo-se do planejamento como estraté-

gia para transpor o prescrito no currículo para o cotidiano, uma vez que ao planejar o professor reflete sobre a sua prática (o que vem acontecendo) e suas intenções (o que projeta acontecer).

O momento de avaliação também tem papel fundamental, pois representa a integração de materiais, memórias e registros escritos produzidos nas atividades, que servem para suscitar ideias sobre o realizado e o a realizar.

Como forma de ilustrar a discussão, serão apresentados dados de um estudo realizado pela autora na rede municipal de educação de São Paulo.

A pesquisa utilizou o método do estudo de caso, recorrendo a várias fontes de evidência (observações, entrevistas e análise documental), para descrever como se articulavam o currículo, o planejamento pedagógico e o cotidiano em duas Escolas Municipais de Educação Infantil (Emeis). Essas instituições foram escolhidas por apresentarem boas condições de infraestrutura e materiais, proposta pedagógica consolidada e alguma estabilidade no quadro de funcionários.

O objetivo, portanto, é descrever boas práticas efetuadas por professores da rede, que possam servir de inspiração para o trabalho de outros professores.

*** Beatriz Abuchaim** - psicóloga, doutora em Educação/Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

O que a palavra cultura representa para a educação infantil?

*** Marcos Cezar de Freitas**

A palestra abordará os desafios atuais da educação infantil tendo por foco a crítica aos reducionismos presentes em três questões.

A primeira diz respeito ao processo crescente de parâmetros biométricos para tratar do desenvolvimento infantil.

A segunda diz respeito ao processo de redução da educação infantil à dimensão institucional do tempo de ser criança.

Por fim, a terceira retoma a relação entre infância e cultura para discutir o que seria observar, trabalhar e es-

timular crianças sem reduzir a educação infantil a processos de preparação para etapas posteriores.

Serão apresentados também resultados de pesquisa com crianças pequenas de modo a subsidiar com exemplos as questões que serão tratadas.

*** Marcos Cezar de Freitas** - professor livre-docente do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Paulo. Coordenador do Programa de Pós-graduação Educação e Saúde na Infância e na Adolescência. Coordenador do Laboratório de Estudos de Vulnerabilidades Infantis (Levi) e pesquisador do CNPq.

Tema: A comunicação necessária entre a família, a escola e a sociedade

*** Fabiana Jurca Dadas**

O educador sempre teve um importante papel na transformação da sociedade em que atua. Hoje estamos diante de um novo modelo social e faz-se necessária a mudança de estratégia de intervenção do modelo de educação que até então conhecíamos.

Nunca se ouviu falar tanto em depressão, crimes em família, síndrome do pânico ...e esses seres emocionalmente doentes, formam nosso público de ação. Diante disso, é imprescindível que trabalhemos o núcleo dessas relações, ou seja, a família.

Se estivéssemos falando de agricultura, ficaria muito claro que o adubo seria eficaz se colocado na árvore e não no fruto! Assim, antes de cuidarmos das crianças, precisamos visar os seus responsáveis. Percebo no meu dia a dia profissional, que os pais estão sedentos de informações para terem domínio sobre as atitudes de seus filhos, que estão cada vez mais sem limites, dando-nos a certeza de uma juventude desregrada. Quem não tem respeito pelos pais (figura de autoridade no lar), não será capaz, na adolescência e fase adulta, de respeitar outras figuras de mesmo significado: professor, chefe,

sociedade... pois, não foi ensinada a tal ato. Dessa maneira, o papel da escola também é o de contribuir com a população em geral, discutindo temas do cotidiano de quem educa.

O trabalho preventivo é a chave de uma sociedade saudável. Todos os comportamentos de nossos alunos têm por trás, uma intenção consciente ou inconsciente. Mas como atender a um pedido feito em uma língua desconhecida?

A escola precisa ter um papel tradutor para as famílias. É muito fácil atender ao que nossos filhos nos pedem desde que saibamos o que eles estão nos pedindo... É preciso entender a língua deles!

A comunicação é o grande desafio da sociedade moderna. É necessário que a escola pense em projetos pedagógicos que contemplem a participação da família de maneira contínua, verdadeira e eficaz...uma escola que verdadeiramente acolha qualitativamente a todos.

*** Fabiana Jurca Dadas** - pedagoga, psicóloga, autora de vários artigos sobre orientação familiar e educação dos filhos, pós-graduada em Educação Especial, autora do livro "Educar pode ser fácil", comentarista televisivo e consultora escolar.

* **José Carlos Serrano Freire**

Vários fatores têm contribuído para o baixo rendimento dos alunos, entre eles credibilidade, confiabilidade e respeito.

A falta de limites é apenas a consequência de uma série de conflitos e desencontros na família, na escola e na sociedade, de maneira geral.

Se desejamos continuar educadores, precisamos rever posturas, renovar ideais, modificar estratégias e persistir no sonho de cumprir nossa meta de educar.

* **José Carlos Serrano Freire** - professor, palestrante internacional, com formação em Neurolinguística. Autor de 10 livros.

ANOTAÇÕES

Tema: *Ensino de nove anos: organização em ciclos*

A organização escolar em ciclos: velhos e novos desafios

*** Claudia de Oliveira Fernandes**

A intervenção traz a discussão acerca dos princípios que norteiam a escola em ciclos e sua coerência com as decisões curriculares e as concepções e práticas avaliativas. Para tal, diferenciavam-se os conceitos de ciclos existentes nas experiências brasileiras. Parte-se da problematização do papel social da educação escolar e seu lugar na sociedade contemporânea. Apresenta-se um breve histórico da construção da escola em ciclos no Brasil e sua relação com os aspectos curriculares, especialmente a organização dos tempos e espaços, bem como os aspectos da avaliação da aprendizagem.

Discute-se também a implantação do ensino fundamental de 9 anos, o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa e a incorporação dos ciclos de alfabetização na cultura escolar brasileira. Toma-se a avaliação formativa como uma alternativa coerente à escola organizada em ciclos de formação, uma vez que tal concepção coaduna-se com os princípios da construção da autonomia por parte dos estudantes, de um currículo multicultural e de uma

pedagogia que se fundamenta nas diferenças e na diversidade sociocultural. Aponta-se uma perspectiva de escola cuja vivência seja marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da construção da autonomia, da mediação, da participação, da construção da responsabilidade com o coletivo.

O trabalho também discute as mudanças estruturais, na escola, necessárias à implementação da escolaridade organizada em ciclos no espaço escolar. Por fim, apresenta-se a tese de que a escola organizada em ciclos ainda se constitui um desafio para a educação escolar básica do século XXI, especialmente educação escolar pública, laica e de qualidade.

*** Claudia de Oliveira Fernandes** –
professora doutora da Universidade
Federal do Estado do Rio de
Janeiro (Unirio), coordenadora do
Programa de Pós-graduação em
Educação/PPGEDU-Unirio.

Ensino fundamental de nove anos: quando mais tempo na escola não equivale a mais qualidade

* **Bianca Cristina Correa**

Após a aprovação da Lei 11.274, de fevereiro de 2006 (BRASIL, 2006), que ampliou a duração do ensino fundamental de oito para nove anos, muitas pesquisas sobre tal mudança foram realizadas, em diferentes regiões do país (ver, entre outros, **Educação e Pesquisa**, v.37, n.1, jan./abr. 2011, número especial versando sobre o tema). De nossa parte, conduzimos estudo sobre a questão entre o período de 2007 e 2010 no interior do estado de São Paulo (CORREA; HAYASHI, 2009; CORREA, 2009; 2010; 2011; CORREA; BUCCI, 2012).

O que podemos concluir, e que será objeto de nossa apresentação, é que apesar do aparente avanço com um ano a mais de escolarização, as crianças em geral não foram beneficiadas, pois, conforme mostram os resultados das diferentes pesquisas, não houve, de fato, melhoria da qualidade do ensino. Problemas históricos de nossa escola pública não foram equacionados e a eles novos desafios foram acrescidos, dentre os quais, aqueles que se referem à relação entre o ensino fundamental e a pré-escola.

Não houve maior aporte de recursos para que a estrutura da escola pudesse se alterar, o que significou, por-

tanto, que suas condições de funcionamento – número de crianças por turma, organização do tempo e do espaço, recursos materiais, jornada de trabalho docente, formas de escolha ou atribuição de aulas, por exemplo – mantiveram-se praticamente as mesmas, embora toda a documentação produzida pelo MEC, bem como as orientações emanadas do Conselho Nacional de Educação, em geral reproduzidas no âmbito das Secretarias Estaduais e Municipais de educação, afirmassem a necessidade de um novo arranjo na organização da escola, tanto em seus aspectos curriculares e didático-pedagógicos, quanto em sua estrutura física e de recursos materiais.

Referências bibliográficas:

CORREA, B. C., HAYASHI, A. L. Condições materiais da escola de ensino fundamental: como ela está recebendo crianças de seis anos de idade? **Educação & Sociedade (Impresso)**, v.1, p.1 - 25, 2009.

CORREA, B. C. **Crianças de seis anos de idade no ensino fundamental de nove anos: das políticas às práticas pedagógicas**. Relatório parcial de pesquisa. Mimeo, 2009.

CORREA, B. C. **Ensino fundamental de nove anos: análise de**

* **Bianca Cristina Correa** - professora doutora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto (FCLRP-USP).

ANOTAÇÕES

Quarta-feira, 30 de outubro

Tema: Políticas públicas que impactam numa educação consolidada e de qualidade

Construir a educação de que precisamos

*** Otaviano Augusto M. Helene**

Muitas políticas educacionais brasileiras são construídas com base em mitos. Um deles: o investimento necessário para manter um estudante em uma instituição pública é maior do que em uma privada. Mas isso é falso, seja na básica, seja na superior: com a mesma quantidade de recursos, o setor público oferece educação de melhor qualidade, incluindo aí o desempenho dos estudantes, a qualidade social, o tratamento dado aos trabalhadores e todos os outros quesitos que caracterizam um bom sistema educacional.

Outro mito é quanto à elitização do ensino, em especial o superior. De fato, nosso sistema educacional reproduz as desigualdades regionais e de distribuição de renda do país: pobres estudam menos e em escolas piores que ricos; consequentemente, no futuro, fazendo parte de uma mesma socieda-

de, terão rendas mais baixas, formando um perverso círculo vicioso. Mas a forma que essa reprodução assume nada tem a ver com o mito que *estudantes ricos frequentam universidades públicas e pobres, privadas*. No ensino superior a elitização e a reprodução da desigualdade ocorrem pelas diferentes profissões e cursos, não pelo tipo de instituição.

Além desses, muitos outros mitos têm impedido que as políticas para a educação contribuam para a construção de um país realmente democrático e soberano. Uma das formas de implantação dessas políticas é a falta de recursos. O Brasil emprega cerca de 5% do seu PIB na educação pública, valor muito inferior ao empregado por países que superaram atrasos educacionais como os nossos. Essa falta de investimentos faz com que os recursos por estudante – uma combinação dos salários dos trabalhadores e das condições

de atendimento dos estudantes – sejam da ordem de 15% da renda per capita, valor totalmente insuficiente para promover a educação que a população precisa e quer e pela qual lutamos.

As mudanças que o país precisa fazer em sua educação são conhecidas, pois há, em todo o mundo, exemplos de sucesso: bastaria estudá-los e adaptá-los à nossa realidade. Entretanto, re-

fém dos interesses mesquinhos da elite – que precisam ser enfrentados –, nossa população é obrigada a conviver com um sistema educacional que está muito aquém do que poderia.

*** Otaviano Augusto Marcondes Helene -**
professor do Instituto de Física
da Universidade de São Paulo (USP),
ex-presidente do Inep/MEC e da Adusp.

Alternativas para o financiamento adequado da educação pública

*** Daniel Cara**

O objetivo da exposição, além de problematizar outras políticas educacionais em debate no Brasil e no exterior, é apresentar e problematizar o CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial) e o CAQ (Custo Aluno-Qualidade), compreendendo-os como esforços sequenciais, complementares e interdependentes para a universalização da educação básica pública de qualidade para todos e todas no Brasil.

Desde 2002, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação desenvolve o estudo do CAQi. A partir de 2007, quando a primeira fase da pesquisa foi concluída e publicada, a Campanha – rede da sociedade civil distribuída por todo território nacio-

nal –, vem atuando no sentido de transformar o estudo em uma referência para o financiamento da educação básica pública no Brasil.

Passo importante nesse sentido foi dado em 5 de maio de 2010, quando o CNE (Conselho Nacional de Educação) aprovou o Parecer e a proposta de Resolução 8/2010, que normatiza os padrões mínimos de qualidade da educação básica nacional de acordo com o CAQi. Os documentos resultam de um inédito Termo de Cooperação firmado entre a Câmara de Educação Básica do CNE e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação em 5 de novembro de 2008, o primeiro estabelecido entre o órgão e uma organização da sociedade civil. Contudo, desde então, o Parecer aguarda homologação

O CAQi procura responder às demandas observadas pelo marco legal do país, especialmente a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Considerando que o CAQi trata do padrão mínimo de qualidade asseverado na legislação brasileira, o CAQ (Custo Aluno-Qualidade) deve representar um esforço do país em atingir o padrão de investimento por aluno ao ano próximo daquele verificado nos países mais desenvolvidos do mundo.

***Daniel Cara** - coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação desde junho de 2006. Mestre em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). É membro titular do Fórum Nacional de Educação. Foi membro do Comitê Diretivo da Campanha Latino-americana pelo Direito à Educação (Clade) entre 2011 e 2013; é diretor geral da Clade-Brasil.

[illegible]

Tema: A formação do profissional do Quadro de Apoio

*** Solange Leme de Oliveira**

O tema geral *A educação em crise e a crise da educação* me levou a refletir sobre os significados da palavra em destaque. O sentido *ausência, falta*, relacionada à primeira parte da frase pode conduzir o pensamento para as deficiências do nosso sistema que forma alunos com falhas em relação ao conhecimento de mundo, ao desenvolvimento de noções de cidadania, à capacidade de interagir de maneira proativa no seu entorno. É uma percepção pessimista.

Por outro lado, 'crise' tem também o significado de *momento perigoso ou difícil de um processo*, trazendo a ideia de evolução, numa perspectiva otimista.

O mundo está mudando, as instituições sociais se transformam: relações de trabalho, a família, a ESCOLA...

Neste século, a escola de ensino fundamental passou a atender perto de 98% das crianças brasileiras, contra apenas 75% em 1980. São milhões de alunos que ingressam e permanecem por mais tempo no ambiente escolar - aspecto positivo nas mudanças pelas quais passamos

Este avanço trouxe aos profissionais da educação o desafio de atender alunos provenientes de diferentes am-

bientes sociais, alguns dos quais com parca experiência escolar.

Neste contexto, o trabalho do agente escolar nas diversas áreas: atividades da secretaria; atendimento à comunidade local; controle do fluxo de alunos na escola e nas proximidades, ganha importância e merecimento do nome: quadro de apoio. Apoio aos outros profissionais da escola, com um olhar sobre o aluno diferente do professor, observando comportamentos e atitudes que às vezes não são notadas na sala de aula; indicação do clima de acolhimento da escola em relação ao aluno, à família e à comunidade: ao cumprimentar com um sorriso, ou ignorar a pessoa que vem pedir informação; ao conversar amigavelmente com o aluno no pátio, ou desconsiderá-lo. Seu trabalho pode e deve dinamizar a comunicação e coesão dos profissionais da escola, ajudando na formação da **equipe** escolar. Qualidades como: senso de observação desenvolvido, organização, habilidade para se comunicar com diferentes instâncias são requeridas. Sobre elas versará a nossa comunicação.

*** Solange Leme de Oliveira** - mestre em Psicologia da Educação, professora em cursos para o 3º grau na área educacional e em cursos de formação e aprimoramento de educadores e consultora educacional.

Tema: *Por que liberdade assistida na escola?*

Arte na medida

*** Rodrigo Medeiros**

A educação não formal vem desenvolvendo estratégias e projetos ligados a produção artística e cultural no processo formativo de adolescentes e jovens autores de atos infracionais. Longe de ser uma política pública, estas organizações desenvolvem trabalhos com propostas relacionadas a experimentação artística, não como um instrumento para retirá-los da criminalidade, mas como estimulador de potências.

O direito à educação, que na maioria dos casos é negligenciado aos adolescentes e jovens infratores, torna-se mais distante quando não há espaço, o mínimo que seja, para que seus prazeres sejam respeitados. Esse fechar de olhos presente na rede pública de ensino pode caracterizar o adolescente e jovem autores de atos infracionais somente como violentos, em contraposição aos seus desejos. Estes podem ser aflorados com a arte e a partir do toque subjetivo reconhecer-se como sujeito dotado de identidade.

Atualmente é nítido o descrédito em relação à Liberdade Assistida. Em alguns casos, chega a ser vista por juízes, promotores, mídia, opinião pública e até mesmo pelos próprios adoles-

centes como uma forma de (des) responsabilização e de impunidade. Apesar de ser uma medida que existe no Brasil desde 1927, com o nome de Liberdade Vigia, ainda paira uma dúvida sobre sua eficácia.

Em 1979, o novo Código de Menores mudou sua denominação para Liberdade Assistida e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a manteve. Trata-se de uma importante alternativa à privação de liberdade. A maneira, porém, como esse regime vem sendo aplicado no Brasil tem contribuído para o desgaste de muitos educadores, trabalhadores sociais, magistrados e membros do Ministério Público.

Algumas iniciativas governamentais, como o Programa Mais Cultura nas Escolas, do Ministério da Cultura, e da sociedade civil podem sinalizar caminhos para incentivar o encontro entre experiências culturais e artísticas em curso nas comunidades locais e o projeto pedagógico de escolas públicas. A aproximação entre a arte e a educação soma-se para neutralizar a distância presente entre o estigma e a cidadania.

*** Rodrigo Medeiros** - arte-educador, sociólogo e coordenador de projetos da Ação Educativa.

Alunos que cumprem medida socioeducativa de liberdade assistida nas escolas

*** Isa Maria Ferreira da Rosa Guará**

A exigência de que o adolescente que cumpre medida socioeducativa de Liberdade Assistida seja acolhido na escola tem como base o direito à educação. Os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas também têm direito ao ensino regular, a continuar estudando, aprender uma profissão e desenvolverem-se como cidadãos. Mas, a inclusão escolar dos adolescentes traz desafios complexos para a escola pública. Embora haja esforços para que os adolescentes se mantenham na escola, um grande número deles não frequenta regularmente o ensino formal ou se evade.

A negação da matrícula ou a expulsão velada desses adolescentes está ligada, entre outros motivos, a uma dificuldade real da escola em lidar com um grupo de alunos com uma biografia escolar irregular e com um histórico de problemas disciplinares e de violência. Porém, o estigma social pode culpabilizar estes adolescentes por episódios dos quais não participaram, descreditando em suas capacidades.

Ninguém, e especialmente estes adolescentes, evolui sem a confiança em sua potencialidade de aprender e evoluir como um cidadão. É preciso reconhecer que o ambiente escolar encontra-se inundado pelos conflitos so-

ciais do território que invadem a sala de aula, o que leva ao adoecimento psíquico da equipe de professores e a uma enorme dificuldade na relação com o aluno.

A escola, assim como a sociedade, está em estado de perplexidade com as expectativas sobre sua ação educativa, que agora envolve lidar com a indisciplina e os diferentes tipos de violência presentes no cotidiano escolar.

O conceito de violência está atravessado por outros conceitos como agressividade, conflito, e tem uma reputação negativa, anômala, disfuncional. O conflito, no entanto, é inerente ao convívio, mas pode desaguar em violência quando as relações de desumanizam e embrutecem, sem a mediação do diálogo.

A violência é multideterminada; é responsabilidade de toda a sociedade, de cada organização, e também dos sujeitos. Há um grau de governabilidade sobre o fenômeno diferente para cada instância, mas cada uma delas pode fazer algo para ampliar os espaços de diálogo e de convivência humana e democrática. Antes da violência ou associada a ela há uma situação de indisciplina, que pode ser enfrentada com mais efetividade pela escola, se ela tiver uma forte aliança com os próprios alunos, pais e a comunidade e recursos de apoio ao gru-

po/escola no gerenciamento das situações.

As dificuldades precisam de reconhecimento e ação, mas não podem ser instrumentos da inércia, nem obscurecer o aluno e suas necessidades. A negociação dos conflitos se sustenta nas bases éticas, organizativas e pedagógicas do trabalho educativo. O reconhecimento dos direitos do adolescente não subtraiu ou sequestrou o direito do professor, nem suprimiu a necessidade de se pactuar um regulamento interno da escola, onde os comportamentos e transgressões serão tratados.

Aprender a convivência é parte do

processo educativo, o que implica discutir criticamente as incoerências, mas também as consequências e, sobretudo, criar um ambiente coerente com a proposta de convivência.

*** Isa Maria Ferreira da Rosa Guará -**
mestre e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), graduada em Pedagogia, com pós-graduação em Psicopedagogia. É professora da Universidade Bandeirante/Anhanguera, onde também atua como pesquisadora do mestrado "Profissional adolescente em conflito com a lei".

ANOTAÇÕES

Tema: *Intervenções pedagógicas para atender às especificidades dos alunos*

*** Eugênio Cunha**

O aluno aprende. A aprendizagem é característica do ser humano. O ensino e a aprendizagem escolar são dois movimentos que se ligam na construção do conhecimento. É uma construção dialógica e não imperativa; expressão imanente da nossa humanidade. Todo aluno aprende impendentemente da sua condição biológica, afetiva ou social.

Há, hoje no Brasil, um crescente movimento em direção à organização de espaços educativos que atendam às demandas da diversidade discente. Documentos nacionais e internacionais produzidos nos últimos anos reconhecem a educação como direito humano, considerando as diferenças existentes entre as pessoas, trazendo a necessidade de sensíveis mudanças nas relações sociais, em distintas instituições, especialmente na escola.

A atenção às diferenças ganha centralidade nas discussões. A igualdade e o direito, muitas vezes preteridos no ensino das pessoas com deficiência ou com transtornos comportamentais, entram na pauta iminente da educação, pela necessidade da preparação dos espaços escolares e dos profissionais

docentes, para um ensino que contemple a diversidade. São esforços que têm no seu mote os desafios impostos pelas questões que emergem da família, da sociedade, da cultura e das minorias no contexto dos direitos do indivíduo.

Os sistemas de ensino encontram-se diante das demandas da sociedade contemporânea. Sem dúvida, sobre os professores recaem as maiores exigências. Estes, inegavelmente, necessitam de maior apoio dos governos, como forma de viabilização das políticas educacionais. As reformas ocorridas nas políticas de educação no Brasil nos últimos anos deram incontestável ênfase ao exercício docente no que tange à formação e às práticas de ensino.

Todavia, qualquer esforço para a qualificação das práticas de ensino será de pouco efeito se não estabelecer vínculos com situações concretas da escola. Vínculos, principalmente, com as condições discentes e docentes, na construção de uma relação dialógica; uma relação dialógica que pressupõe um jeito diferente de aprender e um jeito diferente de ensinar.

*** Eugênio Cunha** - mestre e doutorando em Educação. Leciona no ensino superior e na educação básica.

Quebrando paradigmas na inclusão de pessoas com deficiência

*** Carlos Edmar Pereira**

É um desafio muito grande para educadores a presença de pessoas com deficiência em sala de aula. Além das óbvias limitações que podem ser de ordem motora, visual ou cognitiva, muitas pessoas com deficiência não falam. É preciso quebrar os paradigmas estabelecidos na educação tradicional para permitir não apenas a inclusão das pessoas com deficiência em sala de aula, mas também que elas possam exercer seu direito de aprendizado.

Velhos paradigmas precisam ser abandonados, algumas pessoas com deficiência talvez não consigam escrever com lápis e papel, mas isso não quer dizer que elas não têm capacidade ou necessidade de se alfabetizarem. A tecnologia pode exercer um papel importante no auxílio às pessoas com deficiência. Gênios como Stephen Hawking não poderiam expressar sua ge-

nialidade sem o auxílio da tecnologia. Quantos milhares de brasileiros com deficiência deixam de viver uma vida digna ou talvez até mesmo deixem de expressar sua genialidade por não poderem se expressar ou por não sabermos avaliar o seu potencial cognitivo?

Perguntas importantes que precisam não apenas de respostas, mas de soluções!

Carlos Pereira, pai de uma criança de 6 anos de idade que tem Paralisia Cerebral vem compartilhar a sua experiência no uso da tecnologia para inclusão de sua filha e na inclusão de milhares de brasileiros com deficiência.

*** Carlos Edmar Pereira** - analista de sistemas. Criou um dos primeiros esquemas de “crowd funding” do Brasil e o primeiro aplicativo do mundo que permite que pessoas com deficiência se comuniquem em português.

ANOTAÇÕES

Tema: *Professor: vida, morte e ressurreição*

*** Júlio Furtado**

Vida: o perigo iminente da morte manifesto através da postura desmotivada, da abdicação e somatização comum à categoria.

Morte: o risco de “suicídio profissional” presente em algumas atitudes. A necessidade de encarar a autossuperação.

Ressurreição: a reinvenção da ação docente na metodologia, na avaliação e na formação continuada.

*** Júlio Furtado** - pedagogo, psicólogo, professor de Geografia. Mestre em Educação pela Universidade do Rio de Janeiro. Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Havana, Cuba. Reitor da Uniabreu-RJ. Autor de vários livros.

ANOTAÇÕES

Tema: Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea

*** Maria Aparecida Nery**

A palestra tem como objetivo central compartilhar os resultados de pesquisa sobre a percepção dos jovens sobre os direitos humanos e provocar reflexões sobre a prática dos educadores.

Os sujeitos da pesquisa são jovens nascidos após a promulgação da Constituição Federal (1988), portanto, na faixa etária entre 15 e 22 anos, que permaneceram no ambiente escolar no ensino fundamental e médio (na escola pública), durante todo o período de vigência dos documentos legais (Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação 1996, Programa Nacional de Direitos Humanos - já na terceira versão - e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, entre outros). É importante considerar que as questões pesquisadas levaram em conta também a experiência advinda da convivência escolar, familiar e comunitária.

A partir da análise e interpretação dos dados da pesquisa será instigada a reflexão sobre as práticas escolares e possíveis mudanças que possam, de

fato, fortalecer ações educativas, comportamentos e atitudes na defesa e na garantia de direitos humanos em nosso país.

*** Maria Aparecida Nery** – mestre e doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Araraquara, graduada em Administração (FCAPC – MG), com Especialização em Gestão de Recursos Humanos pela Fundação Armando Álvares Penteado (Faap-SP), Especialização em Gestão de Planejamento Educacional.

Educação como direito humano

*** Melina Casari Paludeto**

Já é sabido que a educação volta-dos Direitos Humanos não faz parte do currículo e da prática da escola brasileira. Em momentos de crise de valores públicos e privados e da sociedade como um todo, torna-se imperativo que as temáticas da igualdade, respeito e compreensão das diferenças, da dignidade humana, não estejam presentes somente nos textos legais, mas que, sobretudo, sejam internalizadas por todos aqueles que atuam na educação, seja ela formal e/ou não formal.

É na educação como prática de liberdade, na reflexão, que o indivíduo toma para si seus direitos como fatos e realidade. O grande diferencial, nesse momento, encontra-se no processo educativo, ou seja, na transmissão de conhecimentos anteriormente adquiridos em vivência social, que cada região ou país carrega consigo como história. É por isso que a educação, seja ela familiar, comunal ou institucional, se constitui como um direito, um direito humano. É, pois, por meio dela que reconhecemos o outro, os valores, os direitos, a moral, a injustiça, nos comunicamos, ou seja, os elementos que nos cercam enquanto indivíduos sociais.

O movimento da história se faz possível por meio da transmissão às novas gerações das aquisições prévias da cultura humana, isto é, por meio da educação. Entendendo que a educação

é um direito, as lutas pela educação pública, gratuita, obrigatória e laica ganham espaço no contexto nacional.

O modo de produção capitalista tornou a educação um instrumento de reprodução das desigualdades inerentes ao sistema de classes. E a sociedade de consumo trouxe consigo a ideia de concorrência na qual os consumidores tornaram-se mercadorias. Neste sentido, podemos entender o precário investimento no setor educacional decorrente da prioridade política brasileira, isto é: altíssimos investimentos em setores privados ou até mesmo em outros setores, do que na educação, devido a um caráter da própria estrutura da sociedade capitalista que subordina invariavelmente as políticas sociais à política econômica.

Fator este que proporciona o caráter financeiro que passará a assumir as políticas sociais, dando origem à abordagem neoliberal das políticas públicas.

Dessa forma, como podemos pensar igualdade e Direitos Humanos? Se a igualdade é a igualdade da concorrência, do mercado? Como pensar as diferenças onde o que vale é termos todos os mesmos padrões? A mesma moral, a mesma religião, a mesma opção sexual, racial etc.?

*** Melina Casari Paludeto** - mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Marília e cientista social pela Unesp de Araraquara.

Tema: Tecnologias e a prática na sala de aula

*** Gláucia da Silva Brito**

O atual momento de mudanças da sociedade, da comunicação, da cultura e da forma como se aprende evidenciam novas demandas para a escola pública.

Essas demandas seriam quanto: aos valores, ao social, ao tecnológico, isso porque, as novas possibilidades de acesso à informação, interação e de comunicação, proporcionadas pelos computadores (e todos os seus periféricos, as redes virtuais e

todas as mídias), dão origem a novas formas de aprendizagem.

Desta forma, profissionais da educação precisam refletir sobre a prática na sua sala de aula e o uso das tecnologias no processo ensino aprendizagem.

** Gláucia da Silva Brito - professora adjunta da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência nas áreas de Educação e Comunicação, com ênfase em Tecnologias da Informação e Comunicação.*

Tecnologias e educação na era do conhecimento

*** Ladislau Dowbor**

Não se trata mais de colocar computadores na escola, de brigar com os celulares, de pensar como aproveitar os tablets. Trata-se de repensar a escola na era da sociedade do conhecimento.

Antes de tudo, o conhecimento, ao ser digitalizado, se livra da escravidão dos suportes materiais. A escrita, a pintura, a partitura musical, o conhecimento em geral passam a ser repre-

sentados por sinais que viajam nas ondas eletromagnéticas, acessíveis de qualquer parte, em qualquer momento. O conhecimento transformou-se em fluido.

Segundo, os instrumentos de decodificação e acesso, hoje ainda relativamente caros, até o fim da década estarão acessíveis para todos. Ou seja, cada aluno, ou professor, terá na ponta dos dedos como visualizar a totalidade do conhecimento acumulado pela hu-

manidade. Qualquer assunto que o professor toque, o aluno poderá consultar instantaneamente a Wikipédia ou instituições de pesquisa, e receber as informações que estão na ponta. O conhecimento tornou-se ubíquo.

Terceiro, o conhecimento tornou-se o principal fator de produção. O valor econômico dos bens se define menos pela mão de obra física e matéria prima incorporadas, e essencialmente pelo valor do conhecimento incorporado, como pesquisa, design, tecnologia em geral. Com isto o sistema de educação adquire papel fundamental em todo o processo de desenvolvimento econômico e social. O conhecimento tornou-se o sangue da economia.

Quarto, temos de evoluir do conceito de educação centrado no conhecimento na cabeça do professor, no livro escolar, no quadro negro, e em alunos receptores, para uma visão de desenvolvimento colaborativo de processos de construção de conhecimento a

partir do universo ubíquo de informações disponíveis. Evoluímos do conceito da cabeça bem cheia, para a cabeça bem feita.

A tendência, portanto é de se evoluir de uma visão da escola como produtora de aulas, certificados e diplomas, para uma visão do espaço escolar como articulador do conjunto dos subsistemas de acesso, processamento, organização e transformação criativa dos conhecimentos acumulados. É uma educação menos *lecionadora*, e mais articuladora dos diversos espaços do conhecimento. Não é mais um aluno que aprendeu muito, e sim um aluno que aprendeu muito a aprender.

*** Ladislau Dowbor** - doutor em Ciências Econômicas, professor titular no Departamento de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Consultor para agências das Nações Unidas, governos e municípios.

ANOTAÇÕES

Tema: Avaliação escolar para além das provas e das formas tradicionais

*** Cipriano Carlos Luckesi**

Abordar o tema da avaliação da aprendizagem é falar de uma fenomenologia antiga, mas só recentemente em processo de compreensão e de adoção. Nossa prática escolar mais comum é a dos exames escolares, que foram sistematizados nos séculos XVI e XVII e que atuam até o presente momento.

O ato de avaliar a aprendizagem teve seus inícios de abordagem no alvorecer do século XX, porém ainda não conseguiu fazer história como um modelo em plena atuação em nossas escolas.

Aqui e acolá, professores individualmente e uma ou outra escola praticam a avaliação de uma forma siste-

mática. Contudo, genericamente falando, podemos dizer que ainda estamos sob a égide dos exames escolares.

Para chegarmos ao ato de avaliar como uma prática comum e constante em nossas escolas, necessitamos ultrapassar práticas arraigadas do modelo de poder presente nas relações interpessoais, ultrapassar o autoritarismo e integrar a autoridade segura e continente, praticar recursos metodológicos significativos e consistentes na prática avaliativa.

Estes serão os pontos que compõem a abordagem sobre o tema.

*** Cipriano Carlos Luckesi -**
doutor em Educação.

*** Ocimar Munhoz Alavarse**

A consolidação da escola de massas se fez acompanhar *pari passu* de práticas avaliativas de modo que a avaliação fosse se conformando como uma das marcas mais indelévels da escola. Por extensão, a isso corresponde a noção fulcral de que o professor é aquele que avalia e a essa prática profissional foram se associando pro-

cedimentos e instrumentos que progressivamente se integraram a uma representação da escola que passou a marcar todo o processo pedagógico – talvez o mais importante aspecto –, isto é, a escola como instituição organizadora de percursos individuais sancionados por suas avaliações.

Assim, o que à primeira vista seriam os meios – com suas formas proeminentes – de avaliação foram conver-

tidos em rituais/ritos de passagem – com seus conteúdos políticos e pedagógicos. Literalmente, o arcabouço da avaliação para decidir quem “passa de ano” foi, rápida e progressivamente, revestindo-se desse caráter utilitário; útil para definir as passagens de todos aqueles que são submetidos ao processo avaliativo. A esse escopo, mais recentemente, agregou-se o expediente das avaliações externas, com seus traços técnicos e políticos, não menos polêmicos. Contudo, revelando, especialmente no Brasil, uma escola para poucos, onde conhecimentos poderosos pareciam ser, senão para os poderosos, para poucos. O que motivou um amplo conjunto de medidas para sua democratização, estas, também, raramente marcadas pelo consenso.

Pode-se aventar que na verdade o que estaria em jogo não seria exatamente a avaliação e suas formas tradicionais, mas, sim, os objetivos dos processos educacionais mais amplos, no

interior dos quais a avaliação, isso sim, se encontra como um dos elementos de destaque, o que na verdade revelaria seu conteúdo.

Nesse quadro, a avaliação, ademais da adequação de seus instrumentos aos seus objetos, mantida a definição de avaliação como um processo culminado num julgamento, deveria associar-se à escolarização cujo objetivo central deveria ser a igualdade de resultados, notadamente aqueles de maior cunho democrático, como é o caso da proficiência em leitura. Para tanto, pode-se cogitar que essa escola de sucesso deve, quanto à avaliação, incorporar e integrar as avaliações externas às internas como um ponto de apoio para a radicalização de sua democratização.

*** Ocimar Munhoz Alavarse** - professor
da Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo (USP).

ANOTAÇÕES

Quinta-feira, 31 de outubro

Tema: A propagação da violência entre os jovens

*** Dora Lorch**

O Brasil concentra 3% da população mundial e 9% das mortes por arma de fogo.

Violência: nada mais antigo, mais humano, mais animal. Konrad Lorenz ganhador do prêmio Nobel, mostrou que a agressividade é importante para a preservação da espécie, na preservação de seu território, no sexo, na proteção da prole.

Mas, como ele mesmo diria: *“Todo perigo perde muito de seu impacto assustador, se conhecemos suas causas.”*

Nosso encontro pretende instrumentalizar os professores para lidar com a situação com um mínimo de estresse:

Como entender e como contornar as questões ligadas à violência dentro da escola, com os professores e com os pais?

Como a escola pode contribuir para minimizar conflitos?

Como motivar os alunos para aprender e se engajar no estudo?

O mapa da violência mostra que

aqueles que não estudarem não conseguirão encontrar trabalho, e vão acabar atuando na marginalidade onde há mais chances de mortes violentas.

A postura do professor é fundamental porque é ele quem pode ajudar este aluno a aprender, e ele quem pode socorrê-lo quando se torna vítima de alguma violência doméstica (estatísticas mostram que os professores são as pessoas mais procuradas depois da mãe), e para muitos, os professores são modelos a serem seguidos porque os pais não conseguem acolher nem motivar.

Por isso é tão importante cuidar da relação professor aluno, compreendendo o que acontece com o aluno e o que acontece como professor.

“Hoje temos nove milhões de jovens que não estudam, não trabalham e que estão vulneráveis a situações de violência”.

Isso mostra como as deficiências e falhas de acomodação dos jovens do nosso modelo sócio-político-econômico estão na base das mortes por armas de fogo.

Estes dados deixam claro que os jovens vivem sob um regime violento, que por vezes é repetido dentro das salas de aula.

Está nas mãos dos professores mudar este país.

***Dora Lorch** - psicóloga clínica, mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), coordenadora do projeto *Florescer, melhorando o relacionamento entre pais e filhos e entre professores e alunos. Autora de livros infantis, em coautoria com Ruth Rocha, e livros para orientação de pais.*

O fenômeno *bullying* e a sua relação com o não exercício dos valores morais e éticos

*** Nelson Pedro-Silva**

No presente artigo, discorro sobre uma das condições necessárias para que o professor possa desenvolver uma ação de modo que os alunos se sintam motivados a não apresentarem condutas de *bullying*. Basicamente, defendo a tese (sem desconsiderar as demais) de que, para a legitimação de condutas não violentas, é necessário ao aluno construir valores éticos e morais e diminuir a importância dada aos valores ligados à glória. Para corroborar a presente tese, primeiramente, defino termos como *bullying*, *moral*, *ética* e formas de glória.

Em seguida, disserto sobre o conceito de respeito. Por fim, faço considerações com o fim de demonstrar como a superação do *bullying* depende, sobretudo, do exercício das virtudes por meio do estabelecimento de relações interpessoais cujo norte devem ser a justiça, o respeito mútuo, a generosi-

dade, a dignidade do ser humano e o diálogo. Acrescento, ainda, um aspecto pouco considerado, todavia importante para a construção de valores morais e éticos e, em consequência, para o equacionamento do *bullying*. Refiro-me à overdose de regras que inundam as instituições escolares.

Elas não são em si danosas, pois nos possibilitam a regulação de nossas condutas com outrem. Porém, como não demandam reflexão (apenas obediência), elas levam facilmente ao erro, além de não contribuírem para o desenvolvimento e/ou fortalecimento da lógica de pensamento reversível e da lógica de ação recíproca. Refiro-me, ainda, ao fato de o docente buscar ser uma pessoa polida e exigir tratamento igual tanto dos colegas quanto dos alunos e dos seus familiares e dos demais membros da escola.

A boa educação não é uma exceção moral. Todavia, é imprescindível à construção das virtudes. Para que a

ética e a moral vinguem e, consequentemente, o aluno não faça uso do *bullying*, é necessária a construção de regras e valores éticos e morais por todos. Afinal, como podemos formar filhos e alunos que tenham a **não violência** como norma, se pais e educadores não fazem uso do diálogo e a todo momento reafirmam a pedagogia da violência? A situação com os professores não é diferente.

Entre outras condutas, observo a maioria

a) transformar a ação educativa numa espécie de obrigação formal;

b) nutrir indiferença por seus alunos e, ao atendê-los, dar preferência aos correspondentes ao modelo desejado;

c) manifestar pouco interesse em compreender os motivos que levam certos aprendizes a agirem de certo modo;

d) chamar a atenção do aluno quase sempre publicamente e com o fito de humilhá-lo e

e) buscar capacitar-se apenas com o intento de ter melhoria salarial.

Por último, sugiro que, em uma sociedade marcada pelo espetáculo e pela falta de exercício da excelência moral, o espaço escolar deve funcionar como lugar de resistência às práticas violentas e de cultivo de valores favoráveis à cultura da paz.

Diante do exposto, que tal iniciar a ação educativa pelo exercício da generosidade, da justiça, da prudência, do respeito mútuo e do bom humor?

***Nelson Pedro-Silva** - professor e doutor
pela Faculdade de Ciências e Letras da
Universidade Estadual Paulista (Unesp).

ANOTAÇÕES

Tema: *Inclusão: caminhos e limitações para as escolas e para os professores*

Construindo cenários e estratégias de aprendizagem integradoras (inclusivas)

*** *Maria Dolores Forte Alves***

Como fenômeno presente no meio social, o preconceito é fruto da cultura e paradigma dual do bem/mal, bonito/feio, homem/mulher, normal/anormal, certo/errado, igual/diferente.

Esse pensamento dualista gera, como consequência, a nefasta supervalorização de uns em detrimento de outros. O outro com alguma deficiência é visto como diferente, inferior, sob o olhar cartesiano subjacente a um paradigma dualístico e fragmentador. Instala-se o temor do novo, do diferente, emergindo nossa visão narcísica sob a qual o outro se torna um ser, muitas vezes, ameaçador, em função de sua aparência física, cultura ou *status* social.

Contudo, desde o seu código genético, o ser humano bem como todas as espécies do planeta possui a característica da singularidade, tornando-se um ser irrepetível.

A diversidade é constante e, do ponto de vista biológico, favorece a sobrevivência das espécies. Essa constitui a temática que aporta a investigação realizada, a qual, fundamentando-se nos aspectos teóricos, epistemológicos e metodológicos do Pensamento Ecológico, da Complexidade e da Transdisciplinaridade, apresentaram princípios norteadores para que docentes e/ou agentes sociais (pedagogos, psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais, gestores empresariais etc.) possam construir cenários e Estratégias de Aprendizagem Integradora que favoreçam os processos inclusivos.

Deste modo, perceber-se-á que a inclusão é acima de tudo, uma atitude de reverência à vida, de legitimação de si mesmo e do outro, reconhecendo-o como único, singular, multidimensional, múltiplo e complexo; e, as estratégias de aprendizagem integradoras com seus princípios norteadores exerceram um papel fundamental para que os sujei-

tos possam transcender a realidade fragmentária e dualística, favorecendo a percepção e o salto para outros níveis de realidade.

*** Maria Dolores Forte Alves** - doutora e mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pela Universidade de Barcelona. Mestre em Psicopedagogia e Pedagogia pela Universidade de Santo Amaro (Unisa); pós-graduada em Distúrbios da Aprendizagem pela Universidade de Buenos Aires (UBA); especialista em Educação em Valores Humanos; pesquisadora do Grupo de Estudos Pesquisas Interdisciplinares (Gepi), da Rede Internacional Ecologia dos Saberes (Ries), Ecologia dos Saberes e Transdisciplinaridade (Ecotransd - CNPq), da Rede Internacional de Escolas Criativas (Riec), e do Grupo de Investigação e Assessoramento Didático (Giad); autora de diversos artigos e livros.

Direitos humanos, educação e as pessoas com deficiência

*** Liliane Garcez**

O século XXI tem adquirido significado importante no que diz respeito ao refinamento e reafirmação da necessidade de promover e proteger os direitos humanos. Pode-se afirmar que esse processo mundial foi, em parte, fruto de movimentos sociais que pressionaram os governos com suas demandas. No que se refere especificamente às pessoas com deficiência, o Brasil ratificou a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência com status de emenda constitucional em 2008. Seu

texto é inovador destacadamente ao forjar um novo conceito de ‘pessoa com deficiência’.

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Para assegurar seu cumprimento, o Brasil têm reordenado políticas públicas. Em outras palavras, para garantir à universalidade, a indivisibilidade,

a interdependência e a inter-relação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como a necessidade de que todas as pessoas com deficiência tenham a garantia de poder desfrutá-los plenamente, sem discriminação, tem-se elaborado um conjunto de objetivos e metas para dar conta das responsabilidades que estão implicadas nesse caminho.

Em nosso país, a educação como direito já está determinada tanto na Constituição Federal de 1988 quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. À luz da Convenção está em processo a articulação entre a educação especial e a educação comum, para assegurar tanto a escolarização como o atendimento educacional especializado como constitutivas de um só sistema. Ao garantir esses dois serviços, reconhecem-se as diferenças e, com elas, a necessidades de apoios diferenciados para cada pessoa para que realizem seu direito à educação.

Define-se por inclusão escolar, portanto, o processo de modificação do sistema escolar para torná-lo adequado a todo e cada estudante, colocando cada unidade escolar sempre em movimento na busca de eliminar mecanismos de seleção ou discriminação – as barreiras. É no compartilhar constante entre profissionais, familiares e comunidade atentos para garantir o direito à participação de todos e cada um que se constrói o aprimoramento da educação e da sociedade. Trata-se, pois de uma forma de viver que respeita a diversidade como valor. É essa cultura de convivência entre diferenças e diferentes que vai permitir construir uma escola de qualidade, uma didática de qualidade e profissionais de qualidade para todos.

*** Liliane Garcez** - mestre pela
Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo.

ANOTAÇÕES

Tema: Doenças profissionais comuns aos educadores: burnout e problemas vocais

Resiliência para educadores: uma competência essencial”

*** Eduardo Carmello**

Educadores são agentes de transformação. Na busca e desenvolvimento de qualidades nas competências desse valioso papel, é muito importante enfatizar os conteúdos e competências que estes precisam, mas é inegável gerenciar pressões, mudanças, comportamentos inadequados e mesmo assim oferecer condições de aprendizagem excelentes que garantam eficácia na recepção dos conhecimentos e na aquisição das novas competências.

Algumas estratégias estão sendo aplicadas para gerenciar a mudança, motivação, eficácia e a saúde do professor, mantendo-o confiante e competitivo no mercado.

A resiliência ajuda educadores a gerenciar melhor mudanças e turbulências!

O Conceito de Resiliência ganhou proporções maiores no campo da Edu-

cação, Sociologia, Física, Psicologia e Medicina. Outras áreas do conhecimento também utilizam-se do termo para designar a capacidade que um sistema têm de adaptar-se e sobrepor-se diante de adversidades, embates e traumas, com o máximo de inteligência, saúde e competência possível.

Podemos compreender a competência Resiliência como a capacidade que um profissional, equipe e/ou empresa têm de administrar excepcionalmente um conjunto de características capaz de enfrentar e sobrepor-se a todos os embates ocorridos durante a conquista pelos seus objetivos estratégicos.

Utilizamos os fatores de promoção da Resiliência (modelo de desafio, vínculos significativos, mente de solução, sentido de propósito) para sensibilizar e capacitar pessoas a manterem-se firmes, flexíveis e integradas durante um embate e/ou recuperar-se prontamente de traumas, desgastes e adversidades.

Quais as principais características em resiliência?

- protagonistas: incluem-se na situação, se posicionam como corresponsáveis e como peça chave para alcance de seus resultados;
- gostam e aceitam mudanças, encaram as situações de estresse como desafios;
- baixa ansiedade, alta extroversão e aberto à experiência;
- autoconfiança e autoestima positiva;
- emocionalmente inteligente;
- criativos e inovadores;
- capacidade de responder eficazmente, orientados à solução e a um firme propósito.

** Eduardo Carmello - diretor da Enthusiasmos Consultoria em Talentos Humanos.*

Cuidados vocais do professor

* Márcia Simões

Pretende-se nesta apresentação apontar a necessidade do professor compreender a necessidade do cuidado vocal e as dificuldades enfrentadas em decorrência do seu uso profissional.

Nesta palestra será apresentada a anatomia, a morfologia dos órgãos da fonação e as manifestações clínicas comumente encontradas em de-

corrência do uso inadequado da voz.

Também serão discutidas as possibilidades de prevenção e intervenção nos problemas vocais com técnicas tradicionais, atuais e até mesmo alternativas.

** Márcia Simões - fonoaudióloga, psicopedagoga, mestre em Psicologia e diretora nacional da Associação Brasileira de Psicopedagogia*

Tema: Desequilíbrio e crise na ideia de valores

Crise: o desequilíbrio entre direitos e deveres

*** Nilson José Machado**

Uma das formas de abordagem da crise de valores que vivenciamos no mundo contemporâneo é a que parte do desequilíbrio patente entre direitos e deveres, na constituição da cidadania e da nacionalidade.

A Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) é um belo documento e todo professor deveria, um dia, apresentá-lo a seus alunos. É patente, no entanto, seu desequilíbrio no que se refere ao par direitos/Deveres. Do Artigo 1º (“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos...”) até o trigésimo e último artigo, há um quase absoluto silêncio com relação aos deveres inerentes aos seres humanos.

O fato é compreensível, nas circunstâncias do período pós-guerra: a desordem institucional reinante foi determinante do teor de tal lista, cujo papel seria fundamental na reconstrução a ser iniciada. Mas não há como tergi-versar: o equilíbrio entre direitos e deveres ainda está por ser equacionado.

Passados mais de 60 anos, é preciso equilibrar o jogo, dando atenção a outro documento, um tipo de “Decla-

ração Universal dos Deveres Humanos”. Pois, se é dever do Estado a garantia dos direitos dos cidadãos, simetricamente, é direito do Estado que os cidadãos cumpram seus deveres.

Deveres humanos: documentos

A *Declaração Universal de Direitos Humanos* (1948) tem como parceira um documento fundamental, bem menos conhecido, intitulado *Declaração dos Deveres Humanos e Responsabilidades*, formulado pela Unesco em 1998. Nele são associados direitos e deveres de modo inextricável. Por exemplo, o direito à vida e a responsabilidade pela preservação da natureza; a liberdade pessoal e o dever de combater a corrupção e construir uma sociedade ética; e assim por diante.

De modo similar, uma *Declaração de Responsabilidades e Deveres Humanos* foi divulgada pela Fundação Valência Terceiro Milênio, em 2002, em sintonia com a Unesco e com diversas outras entidades representativas nos âmbitos da política, da ciência, da arte, entre outros. De estrutura idêntica ao documento anteriormente citado, a

nova carta de princípios põe em evidência um fato há muito reconhecido nos terrenos da ética e da política: a absoluta banalização na reivindicação dos direitos sem que sejam assumidas as responsabilidades inerentes.

* **Nilson José Machado** - professor titular da Universidade de São Paulo (USP).
Autor de vários livros na área de educação.

Valores éticos e conteúdos de consciência

* **Wellington Wagner Andrade**

Para a filosofia, virtude designa a capacidade ou excelência que o homem exercita, admitindo o termo três significados básicos: a virtude pode ser entendida como uma potência em geral, como uma potência própria do ser humano ou ainda como uma potência que regula a vida moral do indivíduo. Palco de toda a sorte de falsos moralismos e de mistificações, a virtude tem ocupado o pensamento de filósofos, escritores e homens públicos, desde o mundo antigo. No *Livro dos cantares*, do século VI a.C., encontram-se esses versos: “Pena leve é a virtude,/Mas a erguê-la poucos chegam”. No século XVIII, Voltaire defendeu a ideia de que os homens são iguais, não sendo o nascimento e, sim, a virtude que os distingue entre si. É ela, diz o filósofo francês, que põe o ser humano na classe dos semideuses. Já em “Missão da Universidade”, escrito na primeira metade do século XX, o ensaísta e sociólogo espanhol Ortega Y Gasset afirma

poeticamente que “a virtude do menino é o desejo, e seu papel, sonhar”, enquanto, “a virtude do homem é querer, e seu papel, fazer, realizar”.

Não se pode propagar propriamente a morte das virtudes. Antes, é preciso compreender por que elas se tornaram suspeitas e como uma série de vícios, atualmente, desorganiza a sociedade. O enfraquecimento dos valores está presente nas mais diversas áreas – na política, nos costumes, na mentalidade, na estética – e as mutações que eles vêm sofrendo têm afetado, visivelmente, as relações humanas. Modernamente, as mais necessárias ações políticas e os mais arrojados projetos artísticos caíram no vazio.

As benesses do diálogo e da persuasão, fundamentos da democracia, estão em baixa. Palavras como sabedoria, liberdade, justiça, coragem e amizade foram esquecidas ou perderam seu sentido original, levando o homem a se desumanizar quando as usa apenas como ornamentos em discursos que carecem de substância.

*** Wellington Wagner Andrade** - doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Faculdade Cásper Líbero.

Tema: *As interfaces das neurociências e a educação*

Que cérebro é esse que chegou à escola?

*** Marta Pires Relvas**

Hoje conhecer o funcionamento do sistema nervoso central é trazer para o professor/educador uma base de estudos científicos de como a neurociência, a aprendizagem e a educação, tornam-se interdisciplinares.

Neurociência na aprendizagem escolar é um tema que muito tem a ver com o nosso cotidiano da sala de aula. Através de uma abordagem conceitual para essa fundamentação neurocientífica, o cérebro torna-se, na atualidade, um mediador importante para o conhecimento do professor e pais reconhecerem potencialidades e até mesmo dificuldades no aprender.

Aprende-se com a cognição, mas, sem dúvida alguma, a emoção permeia a aprendizagem. O desafio é unir conteúdos coerentes, desejos, curiosidades e afetos para promover uma relação entre o sentir, o pensar e o agir pedagógico.

O cérebro é, provavelmente, o órgão mais fascinante do corpo humano. Ele controla tudo, da respiração até nossas emoções e, consequentemente o aprendizado humano.

Aprende-se com o cérebro e todas as ações perpassam como um filme na máquina fotográfica, ou comparando a um *hardware*, no qual vários *softwares* são “rodados” por meio de impulsos elétricos e pela centelha dos afetos ou desafetos existentes e recebidos ao longo de nossas vidas.

O cérebro sozinho não possui função nenhuma, ele só estabelece um funcionamento quando em conjunto com outros sistemas que se interconectam, recebem e respondem aos estímulos para realizar um potencial de atividades elétricas e químicas.

A aula deverá ser reflexiva e não reprodutiva. O estudante, ao estar na sala de aula, apenas assiste à aula, o cérebro necessita de desafios coerentes, interação, participação sempre. Por isso, o professor deverá ser um desafiador de curiosidades.

Aprender é promover novas conexões neurais, por isso sempre será necessário realizar um *upgrade* dos nossos neurônios para evitar o “empobrecimento” da qualidade dos pensamentos e atitudes.

Conclui-se que - o educador não deve ser o representante da verdade

absoluta para seu aluno, mas um incentivador de diversas potencialidades, considerando que o cérebro não é um sistema fechado, mas um sistema aberto de capacidades.

*** Marta Pires Relvas** - professora, bióloga, neurobióloga, psicopedagoga, especialista em Neuroanatomofisiologia Humana e Bioética Aplicada.

Neurociências e educação: meditação e neuroplasticidade

*** Regina Migliori**

As concepções sobre educação se ampliam à medida que se conhece a estrutura e o funcionamento do cérebro. Mas é bastante desafiador integrar aspectos que constituíam campos de conhecimento separados, tais como química, biologia, neuroanatomia, neurofisiologia, genética, psicologia, filosofia e educação. A possibilidade de estabelecer essas interfaces estabeleceu um campo de conhecimento abrangente, as neurociências: conjunto de conhecimentos sobre o cérebro, sua estrutura, seu funcionamento e as respectivas relações com as manifestações mentais e comportamentais.

É importante que o educador conheça as relações entre aprendizagem, emoções, esforço cognitivo, atividade sistêmica no cérebro, experiência pessoal, experiência das outras pessoas, e o contexto em que se vive. A aprendizagem resulta em adaptações do sistema nervoso, decorrentes da modifica-

ção da sua organização estrutural e seu funcionamento. Trata-se do fenômeno da plasticidade, a possibilidade dos neurônios transformarem sua forma ou função, de modo prolongado ou permanente, em decorrência das nossas experiências. Entre essas possibilidades, torna-se relevante a neuroplasticidade intencional, em resposta a processos de aprendizagem. Um dos mais pesquisados é a meditação, compreendida como o treino intencional do nosso estado de ser sincronizando mente, corpo, e ação no mundo, em processos de atenção, introspecção e transformação. Através de práticas de meditação “mindfulness”, a meditação da atenção plena, torna-se possível alocar corretamente nossos recursos de processamento e reduzir os distratores.

Esta forma de meditação se constitui em prestar atenção, de forma intencional, sem julgamento, no momento presente. Essa prática milenar vem sendo pesquisada pelas neurociências com resultados importantes para o ce-

nário da educação: estimula o equilíbrio subjetivo; clareia o raciocínio e as emoções; melhora os níveis de atenção, aprendizagem e memória; diminui os níveis de stress, desatenção, hiperatividade e impulsividade; consolida redes neurais com foco em valores éticos; fortalece os níveis de sabedoria e felicidade; transforma comportamentos e ação no mundo.

Essas práticas meditativas podem ser adaptadas a diferentes faixas etá-

rias, e vêm sendo realizadas com sucesso em escolas desde a educação infantil até o ensino médio.

*** Regina Migliori** - educadora, pós-graduada em Neuropsicologia; consultora em cultura de paz da Unesco. Coordena o Programa Meditação, Neurociências e Educação em Valores; é professora de Ética e Responsabilidade Corporativa nos MBAs da Fundação Getúlio Vargas; autora de livros e articulista em diversos meios de comunicação.

Práticas contemplativas, cérebro e educação

*** Elisa Harumi Kozasa**

Existe uma preocupação crescente por parte dos professores em saber o que efetivamente pode melhorar as funções executivas do cérebro dos seus alunos, tais como as habilidades de manter uma atenção sustentada, controlar impulsos e tornar-se mais criativo.

Não apenas os alunos diagnosticados com déficit de atenção e hiperatividade dificultam o gerenciamento das atividades, mas mesmo aqueles considerados saudáveis chegam agitados, conversando, e não conseguindo reconhecer os limites que se deve ter em um grupo.

Intuição e experiência em sala de aula são fundamentais para um profes-

sor, mas as pesquisas na área de Neurociência podem certamente ajudá-lo a encontrar respostas para suas inquietações no aprimoramento da docência. Como ajudar um aluno a ficar mais focado? Que tipos de práticas poderiam ajudá-lo a canalizar melhor o excesso de energia?

Sendo professora há 25 anos, enfrento diariamente o desafio de acalmar a sala de aula, conseguir que os alunos deixem seus aparelhos eletrônicos de lado para atentar, compreender e apreender as novas informações que surgem a cada dia. Precisamos ainda que aquele conhecimento seja refletido, questionado, e que os alunos percebam aplicações para ele, nem que seja “apenas” para compreender um pouco melhor o seu próprio mundo.

moderno, podem nos auxiliar não apenas na nossa tarefa enquanto docentes, mas também a nos conhecermos de maneira mais profunda enquanto seres humanos.

* **Elisa Harumi Kozasa** - professora,
doutora do Instituto do Cérebro do
Hospital Israelita Albert Einstein.

[illegible]

Tema: Redescobrimo a importância da arte na educação

*** Neide Esperidião**

A crise na educação como um reflexo das aceleradas mudanças sociais do mundo pós-moderno tem surtido efeitos devastadores no cotidiano escolar e na vida dos docentes: alunos que não gostam de estar na escola, pois, fora dela, têm acesso a divertimentos e informações mais atraentes e rápidas; pais descontentes com a qualidade do ensino e preocupados com o futuro profissional de seus filhos; professores que se sentem desvalorizados, insatisfeitos pelos baixos salários, pelas péssimas condições de trabalho e impotentes para resolver os mais diversos desafios do cotidiano escolar; direção e coordenação pedagógica que não dão conta de solucionar os mais variados problemas do dia a dia da escola. Os docentes costumam atribuir as causas do insucesso escolar ao governo, à direção, aos alunos indisciplinados, à saúde, aos familiares dos alunos, às condições socioeconômicas e culturais, etc.

Neste contexto, o professor de arte enfrenta ainda outros desafios: os efeitos que a indústria cultural produz, ao valorizar apenas os aspectos de *lazer e entretenimento* que a arte oferece, em detrimento de sua importância na educação e no desenvolvimento humano. A arte, ainda hoje, ocupa um lugar pe-

riférico nos currículos escolares, comprometendo a valorização do seu ensino na escola. Como consequência, nossos alunos desconhecem o patrimônio artístico do país; não possuem o hábito de frequentar museus, salas de concerto e espaços culturais para apreciação e fruição estética e não valorizam os artistas nacionais, contribuindo para agravar os problemas na educação.

Entre muitos, podemos apontar: o aumento da agressividade infantil e da violência dos adolescentes; o desconhecimento e a desvalorização da cultura musical brasileira; a falta de uma identidade nacional, a quase ausência do canto coletivo nas escolas; as deficiências e ausências da música na formação de professores infantis; a desumanização da pessoa substituída pela tecnologia, entre outros fatores. Por isso, é preciso conclamar pedagogos e arte-educadores para uma mobilização da categoria, no sentido de buscar alternativas, discutir possibilidades e abrir caminhos que possam transformar este cenário de crise da educação artística do nosso país.

*** Neide Esperidião** - doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp).

Arte e cooperação, grandes parceiros da educação

***Leandro Medina**

Leandro Medina coordenou durante nove anos a Escola de Artes “Cooperação Criativa”, no bairro da Vila Madalena, em São Paulo, que atendia semanalmente crianças de quatro a oito anos. A ideia, surgida da união de cinco artistas educadores era oferecer um curso multidisciplinar envolvendo brincadeiras populares, narração de histórias, teatro, circo e atelier de artes, sendo todas as atividades sugeridas e vivenciadas a partir da história que era contada.

O curso, intitulado “As aventuras acrobáticas do Baú encantado” tinha duas horas e meia de duração e começava resgatando algumas brincadeiras tradicionais da cultura da infância. Logo após, preparávamo-nos para ocupar o canto da história, onde através de um ritual estabelecido, abríamos um velho baú e retirávamos pistas de uma história que seria contada.

Antes que a narrativa chegasse ao fim, aparecia um personagem da aventura contada e convidava todos a resolver o problema enunciado na narração. A partir desse mote, íamos para o espaço circense e começávamos a viver na pele a aventura do herói da história. Camas elásticas, trapézios, travessas de equilíbrio e outros aparelhos se transformavam em teias de aranha, ci-

pós, pontes sobre abismos etc... Quando resolvíamos a questão do personagem, podíamos entrar na sala de artes e experimentar vários tipos de materiais e produzir trabalhos significantes que eram o resumo da história contada e vivida.

Foi uma experiência extraordinária para muitas crianças, que vivenciaram a introdução da arte em suas vidas, acompanhadas de um olhar apurado dos professores, que filtravam as dificuldades encontradas por cada um e tentavam minimizar e resolvê-las. Havia quem não gostasse de brincar por medo, havia quem não gostasse de ouvir histórias, havia quem apresentasse muitas dificuldades na parte física, assim como havia quem não gostasse de sua produção artística. O curso era tema de mestrado/doutorado de um dos fundadores, Francisco Gonsales, e ganhou foco dentro da USP, levando especialistas a observarem essa atividade, indicando a mesma à crianças especiais, com síndrome de down e autismo.

***Leandro Medina** - professor formador de Artes no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec); pesquisador das tradições populares e diretor artístico do Núcleo Pé de Zamba de Pesquisa Cênico-Musical.

Tema: O futuro de trabalho e o trabalho do futuro no Brasil

Apreendedorismo

*** Gabriel Perissé**

Somos ensinados a trabalhar com liberdade e criatividade? Aprendemos a aprender, como se repete em artigos, livros, debates e palestras? Ou somos conduzidos para o mercado de trabalho como “elementos” com pouca personalização, com escassa afirmação individual?

Somos quase escravos no trabalho cotidiano, a começar pela tarefa docente? E como poderemos ensinar nossos alunos a criarem suas próprias condições de trabalho e trilharem os caminhos do futuro, se ainda estivermos presos a situações humilhantes, diminuidoras, andando em círculos para lugar nenhum?

O empreendedorismo não é empreendedorismo, mas este depende daquele. O empreendedorista não necessita ser seu próprio patrão. Sua liberdade de ação não está em prescindir de ordens e cobranças. Quem aprendeu e aprende a trabalhar melhor está sempre à frente das cobranças. É maior do que sua empresa.

Mas, para isso, na escola, cada aluno tem de ser maior do que a escola que frequenta. No sentido de que seus talentos podem ser aperfeiçoados. Que

suas lacunas podem ser preenchidas. Que suas ideias incipientes podem amadurecer e se tornar ideais. As leis externas são incorporadas pelas internas. E o resultado é melhor do que aquele que se costuma exigir.

A sala de aula (que é transcendida) se torna ocasião para anteciparmos a iniciativa; é o que podemos chamar de “apreendedorismo”.

O trabalho, no presente, continua a ser ocasião de problemas mais do que de soluções. A convivência nos ambientes profissionais carrega patologias.

Para se pensar num trabalho do futuro, em que o indivíduo se sinta feliz exercendo sua profissão, temos de repensar a educação do presente e a presente formação docente.

O empreendedorismo terá de começar pela atitude do professor que reinventa sua profissão. Superando o instrucionismo, e atitudes encolhidas que denunciam falta de autonomia, o professor deve ser maior do que a escola. Para que seus alunos sejam maiores do que a própria educação que vierem a receber.

*** Gabriel Perissé** - doutor em Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

Trabalho do futuro e futuro do trabalho

*** Antônio Carlos Berardi Júnior**

Há uma “área cinza” entre o indivíduo que trabalha e sua inserção na coletividade e a discussão vai muito além do espaço-tempo que temos para essa exposição. O peso do trabalho é tão grande que nos apresentamos não pelo que somos, pelos diferentes papéis sociais, mas apenas e tão somente pelo que trabalhamos. E os que não trabalham? Não existem? Não são? Escolheram essa condição ou parte terá sido criada por uma condução perversa do acesso e da distribuição dos recursos coletivos? Como os diferentes estratos sociais veem e lidam com o tema do trabalho?

Quem trabalha, para quê? Para quem? O conceito de trabalho sofreu mudanças, ao longo dos séculos, no mundo ocidental, de uma “condenação divina” ao “trabalho intelectual”. Além do esforço físico, hoje abrange também o esforço intelectual, aproveitando-se o parâmetro das “competências”, do mundo dos Recursos Humanos, para a Educação formal. Só que o mundo empresarial não tem tempo para ficar discutindo conceito, não é seu papel e para quem não tem competência. Definido por generalidades, cada agente/empresa usa o seu e avança. Daí não se poder usar como referência.

Por outro lado, de todo um ideário das reformas educacionais feitas em

outros países fez-se a cópia sem contexto. Seja do modelo amplo, social, político, econômico, legal ou do específico da educação. Dos últimos 20 anos, aproveita-se um discurso do “conhecimento como determinante do status pessoal, profissional e empregatício”, que promete que “alguém sabe” o que vai ser necessário no “futuro”. Sabe-se mesmo? Primeiro que o “futuro” não tem prazo nem data. Quando é? Segundo, o tempo necessário para a formação é adequado a ele? Usam-se termos e afirmações sem sequer questionar o seu sentido. Tornaram-se “verdades”. As listas de atributos esperados têm um momento histórico e um espaço social em que ocorrem, e, nelas, alguns – apenas alguns - aspectos considerados essenciais para o trabalho do futuro dependem da escolarização. E nem necessariamente uma escolarização tecnicista ou profissional.

Com o perigo de desvincular a formação dos aspectos macro, que ocorre no Brasil, o que se pode esperar? Num cenário pessimista, perdemos a vez e seremos uma das 10 primeiras economias do planeta, com um dos piores índices de desenvolvimento humano. Num cenário otimista, nós vamos conseguir identificar, rever, formalizar, planejar e implantar mudanças a tempo.

***Antônio Carlos Berardi Júnior -**
professor universitário, assessor de empresas.

Tema: *Cidadania e manifestações de rua*

A potência das manifestações de rua

*** Ricardo Musse**

As recentes manifestações de rua que de São Paulo e Porto Alegre disseminaram-se pelas principais cidades do País, apesar de sua pauta de reivindicações, emitiram um recado claro e convergente: a insatisfação popular com o atual sistema político.

O descrédito em relação aos políticos e ao desempenho dos três poderes deriva de uma construção ideológica, mas também se assenta numa situação efetiva. A mídia tradicional criou uma imagem fantasiosa do agente político, associando-o invariavelmente à corrupção e à ausência de empenho e trabalho.

Essa visão ganhou adeptos e repercussão, constituindo-se em um falso senso comum, em parte porque fornece uma explicação (ainda que simplória a um sentimento objetivo). Há uma percepção generalizada de que as demandas dos diferentes grupos sociais não estão sendo atendidas pelas instâncias e organizações políticas, que os políticos tendem a agir como membros de um estamento fechado e estão mais sintonizados com os interesses dos

financiadores de suas campanhas do que com as prioridades vocalizadas pela população.

A potência e a legitimidade das manifestações, o apoio e o entusiasmo, popular que suscitaram, derivam diretamente dessa reação objetiva.

** Ricardo Musse - professor associado ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Livre-docente e doutor em Filosofia pela USP e mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*

Sexta-feira, 01 de novembro

**Tema: *Mudanças sociais e políticas:
a educação está preparada
para esta nova realidade?***

Uma nova educação para o século XXI

*** Romualdo Portela de Oliveira**

As novas demandas por educação que emergem das modificações na base técnica decorrentes da revolução informacional, requerem uma expansão da educação nacional de modo a que se amplie o acesso ao sistema educacional, da educação infantil ao ensino superior e à pós-graduação e, concomitantemente, se amplie a qualidade da educação, de modo que a expansão da escolaridade média da população seja acompanhada por uma melhoria nos resultados da mesma, aferidos pelos indicadores disponíveis, particularmente pelos testes de proficiência em larga escala, ainda que estes não sintetizem tudo o que se deva entender por qualidade da educação (Cf. Oliveira, 2011).

As condições atuais da economia brasileira e a existência de alguns nichos onde conseguimos articular adequadamente a produção de conheci-

mentos e sua transferência para o setor produtivo, passando pela etapa de desenvolvimento de produto, como os conhecidos casos da Embraer, da Embrapa e da produção de processo próprio de enriquecimento de urânio, que permitem o debate sobre essa relação entre educação e desenvolvimento com uma postura não fatalista. Entretanto, como sabemos a distância entre discurso e prática, muitas vezes é imensa, tal articulação com a formação para a cidadania pode representar uma perigosa “patologia”, nas palavras cautelosas de Denise Vaillant, pois pode “ter ganhado um lugar no discurso (currículo oficial) mas se encontra virtualmente marginalizada nas práticas cotidianas das instituições educativas (currículo oculto).” (Cf. Vaillant, 2008, p. 8) Esta observação é muito importante, pois ainda que as testagens em larga escala tenham seus méritos (Cf. Oliveira, 2011), reduzir a qualidade da educação dese-

melhor formação técnica é a formação humana de outrora. Compreender isso e tirar as devidas consequências para as políticas e planos educacionais é absolutamente estratégico para nossas pretensões nas próximas décadas.

O que há de novo é que, hoje, a

ANOTAÇÕES

Tema: A preservação ambiental no cotidiano das novas gerações

*** Sérgio Vieira de Souza**

Pelo rádio, pela TV, pela mídia impressa, pela Internet e outros meios de comunicação, estamos sendo bombardeados com informações sobre meio ambiente. Muitas dessas informações, entretanto, devem ser tratadas com cautela, pois, carregam com elas uma série de puro interesse comercial.

Por que saber filtrar essas informações é importante? Por que os eventos sobre meio ambiente no Brasil destacam a importância das novas gerações? Essa apresentação pretende situar o

público acadêmico sobre as mais recentes legislações sobre meio ambiente, bem como destacar: as ações governamentais em torno do tema, as fontes sobre meio ambiente a que temos acesso; como alguns tipos de resíduos são, de fato, tratados na prática; os caminhos que se pretende seguir no Brasil daqui para frente, e por que a educação ambiental desde a infância possui papel importante.

*** Sérgio Vieira de Souza** - jornalista especializado em meio ambiente e palestrante na área de resíduos sólidos urbanos.

Escola, meio ambiente e cotidiano

*** Alfonso Gómez Paiva**

Em geral como as escolas concebem o termo meio ambiente?

A resposta pode ser dada sob dois olhares, um conceitual e o outro prático do cotidiano. Ao longo da vida aprendemos uma série de termos e princípios relacionados ao meio ambiente, por outro lado o dia a dia também nos ensina e nem sempre as atitudes que tomamos correspondem a tais conceitos.

Sabemos que o lixo é um problema ambiental, que o homem está poluindo as águas e o ar, que o tráfico de animais é cruel, que nossas matas e florestas não são preservadas como deveriam. Em alguns casos podemos até descrever cientificamente como esses problemas ocorrem, por exemplo, a chuva ácida. Mas no cotidiano que atitudes estamos tomando individualmente e coletivamente em respeito ao meio ambiente? Esse conjunto de ações, posturas e atitudes que marcam a nossa

Nesse sentido, educadores ambientais de todo o mundo propõe uma nova visão para a educação do século XXI que envolve o cuidar, no sentido de acolher, ouvir, encorajar, apoiar “no sentido de desenvolver o aprendizado

Precisamos agir na perspectiva de uma escola sustentável, a qual acredita que a gestão ao mesmo tempo educa e cuida, sempre encorajando o respeito à diversidade, a mediação pelo diálogo, a democracia e a participação.

*** Alfonso Gómez Paiva** - professor coordenador do Núcleo Pedagógico (DER-Sul 3).

24° CONGRESSO DO SINPEM

Tema: Mulher: condições de trabalho e qualidade na educação

*** Paula Loureiro da Cruz**

A problemática social enfrentada pela mulher na atualidade consiste em um dos principais desafios de nossa sociedade contemporânea, o qual está longe de ser superado. Trata-se de uma questão social, não só porque diz respeito a todas as mulheres, e não somente a individualidades, mas também em virtude de sua estreita ligação com o modelo econômico capitalista. A luta das mulheres pela ocupação dos espaços públicos, seja nas escolas, seja no mercado de trabalho, seja mediante exercício dos direitos políticos, propiciaram sua *emancipação*, mas muito há a ser feito no caminho voltado à sua verdadeira *libertação*. Inegavelmente, a mulher enfrenta dura condição de opressão, cuja imposição é fruto da atroz junção do capitalismo com o patriarcado.

No que concerne à educação, vê-se, de um lado, os desproporcionais obstáculos enfrentados pelas mulheres que buscam seu aprimoramento pessoal e profissional, desde as duras batalhas pela obtenção do direito à alfabetização, no início do século passado, até as fórmulas mais ousadas criadas pelas mulheres que são mães trabalhadoras e, irresignadas, insistem em

dedicar-se também aos estudos, contrariamente ao comportamento socialmente exigido. Em regra, as mulheres suportam uma carga maior de tarefas desempenhadas no âmbito do lar, se comparadas aos homens.

Esta situação, ainda preponderante, traz reflexos no desempenho da mulher não só nos estudos, mas também no mercado de trabalho, na medida em que ela não competirá em igualdade de condições. De outro lado, já é possível perceber-se que uma profunda transformação do sistema de educação, orientada pelo espírito crítico daqueles que suportam o fardo social, se consubstanciará na chave capaz de abrir as portas para a superação de toda forma de opressão, especialmente a de gênero.

*** Paula Loureiro da Cruz** - mestre e doutoranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde desenvolve tese sobre o tema “direito e política de gênero”; servidora pública federal da Justiça Federal de São Paulo, professora universitária colaboradora da Universidade Nove de Julho e autora do livro “Alexandra Kollontai: feminismo e socialismo – uma abordagem crítica do direito”.

Qualidade da educação e trabalho docente

*** João Ferreira de Oliveira**

O presente texto visa problematizar as múltiplas significações e conceitos relativos à qualidade da educação, bem como indicar dimensões intra e extraescolares que interagem na consecução desse conceito. Compreende-se então a qualidade com base em uma perspectiva polissêmica em que a concepção de mundo, de sociedade e de educação evidencia e define os elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis de um processo educativo de qualidade social.

O texto ressalta que as finalidades educativas e, portanto, o alcance do que se almeja como qualidade da educação se vincula aos diferentes espaços, atores e processos formativos, em seus diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas, bem como à trajetória histórico-cultural e ao projeto de nação que, ao estabelecer diretrizes e bases para o seu sistema educacional, indica o horizonte jurídico normativo em que a educação se efetiva ou não como direito social. As mudanças em curso no campo da educação decorreram da formulação e implantação de políticas, programas e ações que visaram promover alterações no âmbito do currículo, do financiamento, da avaliação, da gestão e da formação dos professores.

Os professores, de modo mais específico, têm sido objeto de políticas e ações diversas que vem alterando os parâmetros de formação, de atuação e de carreira e salário, relacionadas às exigências crescentes de melhoria da qualidade da educação básica e dos sistemas de ensino no Brasil.

Cabe questionar, nesse contexto, se está ocorrendo uma ampliação das tarefas, funções e responsabilidades dos docentes, assim como um aumento da jornada de trabalho real sem o reconhecimento formal, uma intensificação e autointensificação do trabalho docente e a emergência de nova divisão técnica do trabalho na escola. Problematisa-se, ainda, o modo como as políticas educacionais estão regulando e impactando o trabalho docente dos professores, procurando questionar se os professores resistem ou procuram se adaptar às novas exigências profissionais e que aspectos mais interferem na qualidade do trabalho docente.

*** João Ferreira de Oliveira** - professor
da Universidade Federal de Goiânia.

Tema: 0 paradoxo entre os recursos tecnológicos e sua aplicação

*** José Armando Valente**

As tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) criam novas possibilidades de expressão e comunicação, gerando novas possibilidades pedagógicas. No entanto, o que significa o uso adequado destas possibilidades?

Certamente o foco não deve estar na tecnologia, mas no desenvolvimento dos novos letramentos, além do alfabético, como o imagético, sonoro etc.; na capacidade de animar objetos na tela, recurso essencial para complementar ou mesmo substituir muitas atividades desenvolvidas para o lápis e papel; e no papel dos contextos educacionais

que começam a despontar além das paredes da sala de aula e do muro da escola.

Para resolver este paradoxo, a escola tem que ser repensada, em particular, a sala de aula.

Durante a palestra serão discutidos aspectos da sala de aula invertida e como as TDIC devem ser integradas às atividades curriculares, possibilitando a exploração dos recursos tecnológicos de forma mais adequada.

*** José Armando Valente** - professor do Departamento de Multimeios, Nied e GGTE - Unicamp & Ced – PUC-SP.

ANOTAÇÕES

Tema: Elos entre as culturas popular, tradicional e africana

*** J. José Gerardo M. Guimarães**

Entendemos por cultura os diversos tipos de manifestações humanas, sejam elas no campo da produção de bens, quer sejam eles de consumo ou não. Também fazem parte da cultura as formas de pensar e agir da coletividade.

Do ponto de vista teórico, para efeito de estudos e pesquisas, as manifestações culturais são observadas sob enfoques diferentes. Assim, falamos em cultura erudita, cultura de massa, cultura popular e mais recentemente, cultura das mídias. Portanto, não usamos o termo cultura no singular.

É necessário destacar que as culturas estão em permanente contato e contágio, pois se assim não fosse não seriam capazes de refletir os modos de vida de todos nós. Culturas são dinâmicas.

Discutir os “elos” entre a Cultura Popular, a Cultura Africana e a Cultura Tradicional é o nosso propósito. Fica evidente a necessidade de reconhecermos ecos de todas elas em nosso processo educacional. Evidencia-se a urgência de combater preconceitos conceituais que tratam de modo raso o assunto.

As contribuições da Cultura Africana ao nosso modo de falar, a in-

fluência que exerce na culinária, na vestimenta, nos ritos, na religiosidade são apenas poucos exemplos que não podem ser vistos como algo “curioso”. São na verdade fortes traços culturais que se incorporaram ao nosso dia a dia e à nossa educação. Por outro lado, a Cultura Popular (ou Culturas Populares, como bem defende Canclini) está de tal modo arraigada em nossa vida, que não é mais possível tratá-la como produto de gente ignorante, populações pobres, ou outras denominações que preconceituosamente se possa usar.

Destacar a importância das várias culturas que fazem parte da nossa experiência de vida, entender de que modo a educação pode beneficiar-se de tal diversidade, é nosso propósito.

*** J. José Gerardo M. Guimarães** - doutor
em Integração da América Latina pela
Universidade de São Paulo (USP).

*** Inimar dos Reis**

CULTURA POPULAR

O termo cultura popular tem um conceito muito controverso. Desde o final do século XVIII, o termo foi utilizado com objetivos e em contextos muito variados, quase sempre envolvidos em disputas teóricas e políticas. Para muitos, está, ou sempre esteve em crise, tanto em termos de seus limites para expressar a realidade cultural, como em termos práticos. Por outro lado, se cultura popular é algo que vem do povo, ninguém sabe definir muito bem.

Para uns, a cultura popular equivale ao folclore, entendido como o conjunto das tradições culturais de um país ou região. Para outros, inversamente, o popular desapareceu na irresistível pressão da cultura de massa, sempre associada à expansão do rádio, televisão e cinema, e não é mais possível saber o que é originalmente ou essencialmente do povo.

CULTURA TRADICIONAL

São saberes e fazeres transmitidos de pai para filho por inúmeras gerações. São ações autônomas, do cotidiano, que vão desde a culinária, artesanato, brincadeiras infantis, contação de histórias até conhecimentos expressivos performáticos como a dança, canto, dramatizações, confecção de instrumentos e festividades.

Estas ações “nasceram” em comunidades, zonas rurais e nos interiores. São praticadas por pessoas simples do nosso Brasil, uma herança cultural “de berço” com forte ligação com a ancestralidade, religiosidade e a espiritualidade.

CULTURA AFRICANA

A cultura africana está presente em várias manifestações que resistem até hoje. Os negros cantavam no trabalho e dançavam nas festas religiosas e profanas.

Marcada por grandes temas como escravidão, lutas raciais, direito de liberdade e igualdade racial, o povo africano é guerreiro, forte e resistente.

** Inimar dos Reis - folclorista e arte-educador, fundador do Grupo Folias e Folguedos, realiza oficinas, palestras e espetáculos musicais com referência nas festividades brasileiras.*

Culturas africanas na formação da cultura brasileira

* **Marina de Mello e Souza**

É importante que conheçamos as culturas e organizações sociais das sociedades às quais pertenciam os africanos escravizados trazidos para o Brasil, pois assim teremos elementos mais consistentes para perceber as contribuições que esses grupos deram para a formação da cultura e da sociedade brasileira. Com isso, poderemos também valorizar as heranças africanas, pois essas sociedades serão percebidas a partir de seus elementos constitutivos e processos históricos específicos, deixando de serem tratadas como grupos que receberam passivamente a influência da presença portuguesa em suas terras.

Os contatos entre africanos e europeus se deram a partir de dinâmicas estabelecidas em grande parte por aqueles, especialmente durante o comércio de escravos, que é o período que nos liga mais intimamente às realidades africanas. Ao desvelarmos a agência dos africanos na construção de sua história e a especificidade dos processos ocorridos nas áreas envolvidas pelo comércio atlântico de escravizados estaremos contribuindo para que haja uma mudança na maneira como as contribuições africanas à formação do Brasil são tratadas, abordando-as a partir de um olhar que as valoriza. Para

chegarmos a essa situação devemos investir no conhecimento das sociedades e culturas africanas, especialmente as que estiveram envolvidas pela escravização e pelo comércio de escravizados, uma vez que ainda hoje, mesmo com um avanço significativo na mudança de perspectivas quanto às contribuições das populações africanas para a formação da nossa sociedade, ainda é muito precário o conhecimento sobre questões relativas à sua história e cultura.

Sem desconsiderar a complexidade e diversidade do continente, devemos atentar especialmente para as regiões conhecidas como África Ocidental e África Central, dos ancestrais iorubas e bantos de muitos de nós, o que nos permitirá entender melhor a nós mesmos. Ao introduzir esses temas na educação de nossas crianças e jovens estaremos formando pessoas capazes de vencer preconceitos seculares e cruéis.

* **Marina de Mello e Souza** - professora de História da África na Universidade de São Paulo (USP), autora de “África e Brasil africano”, “Reis negros no Brasil escravista” e “Paraty, a cidade e as festas”.

Tema: A formação inicial dos professores no Brasil e no mundo

A formação inicial dos professores no Brasil e na Inglaterra: aproximações e especificidades no mundo globalizado

*** Sanny Silva da Rosa**

A partir da descrição de algumas características socioeconômicas e culturais dos estudantes que almejam se tornar professores do ensino fundamental no Brasil, o trabalho discute a problemática da formação inicial de professores, buscando destacar algumas similaridades e contrastes com a realidade inglesa. Para tanto, a primeira parte do trabalho descreve as características e transformações do sistema público de educação na Inglaterra, situando-as no interior de práticas discursivas e não discursivas das reformas neoliberais e pós-neoliberais visando sugerir aproximações e contrastes com a realidade brasileira.

O trabalho discute, ainda, o sentido da pesquisa na formação docente e nos currículos de pedagogia e problematiza a questão da autonomia pedagógica e didática dos educadores no contexto das “políticas de resultados”

adotadas pelos sistemas públicos de educação no Brasil e na Inglaterra. Por fim, propõe algumas reflexões sobre a temática da relação dos professores com os saberes instituídos, sugerindo que profundas mudanças estão ocorrendo em relação ao que significa educar e ser educado como efeito das políticas “delivery” adotadas mundialmente no campo da educação.

*** Sanny Silva da Rosa** - professora, doutora em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Integrante da linha de pesquisa de políticas públicas do programa de pós-graduação da PUC-SP (Currículo), na qual vem pesquisando o tema da formação inicial e continuada de professores da educação básica. Visitante acadêmica do Instituto de Educação da Universidade de Londres (2010-2011).

Formação inicial de professores: enfrentamentos necessários

*** Patrícia Cristina A. de Almeida**

A temática formação de professores no Brasil sugere muitas possibilidades de abordagens e enfoques; entretanto, há duas questões nodais atreladas à formação de professores que impactam nossas possibilidades de avanço na educação. Trata-se da atratividade da carreira docente no Brasil e o saber específico indispensável ao desenvolvimento da atividade e sua natureza. Nos últimos anos tem sido divulgada não só a queda na demanda pelas licenciaturas e no número de formandos, mas também a mudança de perfil do público que busca a docência.

Dentre os vários fatores que interferem na atratividade, vale destacar os fatores relacionados à própria natureza do trabalho docente e à imagem que se tem da docência como profissão. Ainda é comum as pessoas exercerem a docência sem formação específica e preparo profissional, ou com preparo precário. Essa situação contribuiu para a base do estereótipo de que “qualquer um” pode ser professor.

Essa ideia traz implícito o significado de desqualificação, ou seja, poucos reconhecem a existência de um saber específico indispensável ao trabalho docente. Outro aspecto que deve ser considerado diz respeito ao aumento das exigências em relação à atividade

de docente na atualidade. O trabalho do professor está cada vez mais complexo e exige responsabilidade cada vez maior, seja em função das atividades pedagógicas propriamente ditas, seja em função de questões que extrapolam a mediação com o conhecimento, como a violência e as drogas.

Especificamente em relação à formação inicial é urgente o desenvolvimento de políticas que tenham como prioridade não só a valorização do magistério visando evitar o declínio da profissão docente, mas que as pessoas que optem pela docência sejam de fato assistidas na sua formação inicial e em seu desenvolvimento profissional. É imprescindível, ainda, maior valorização dos cursos de licenciatura e seu fortalecimento, bem como atribuição de maior prestígio a esses cursos, com valorização do papel do ensino e da educação básica para o país, lembrando que é preciso combater a ideia de que “qualquer um pode ser professor”. Sabe-se que o conhecimento específico é de fato um dos aspectos definidores do valor de uma profissão.

*** Patrícia Cristina Albieri de Almeida** -
pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

Tema: *Relações interpessoais e as interações necessárias nas unidades escolares*

*** Felipe Mello**

O que mora na essência da escola? Que lugar é esse? Quais processos alquímicos podem derivar das misturas que têm como palco o ambiente escolar?

Quando penso em uma escola vejo e sinto uma infinidade de possibilidades. Uma chega com força: terreno sagrado no qual seres humanos compartilham saberes e sabores para a revelação de talentos. Estudando a Paideia, processo de educação que aconteceu durante séculos na antiguidade grega, algumas questões me encantam.

Naquele período, as crianças eram conduzidas pelos mestres durante grande parte de sua infância e adolescência em direção a um momento importantíssimo: apresentação do jovem à sociedade. Para conquistar o direito de ser um cidadão, o indivíduo frequentava a escola por aproximadamente 12 anos e se preparava para fazer um discurso na praça central de sua cidade. Esse discurso era composto de duas partes: em uma delas, o jovem contava quais eram os seus talentos e como esses talentos serviriam à coletividade.

Na outra parte, ele contava quem ele era, de onde viera, o que estava fazendo ali e para onde pretendia seguir. Perguntas aparentemente abstratas, mas que no fundo tratavam simplesmente de revelar, colocar luz, naquele ser que veio sendo auxiliado no processo de conhecimento de si e do outro.

No cerne das preocupações dos gregos estava a preparação ética do indivíduo. Para eles, antes do ensino das técnicas deveria estar o ensino da ética. O mestre, por meio dos mitos, do teatro e das atividades físicas, provocava e conduzia os discípulos nesse mergulho do autoconhecimento e do interesse pelo outro. Sem ética, a técnica poderia ser tirana, sendo desinteressante para a coletividade.

O mundo contemporâneo continua carecendo de relações interpessoais mais nutritivas. A família, a escola e os meios de comunicação, não necessariamente nesta ordem, apresentam dia após dia as principais pistas às crianças e jovens, indivíduos em suas primeiras etapas de desenvolvimento.

Olhando para a escola, foco deste texto e palestra, como vêm se apresentando os encontros que acontecem no

saúde individual e social, possivelmente já descobriu que a qualidade das relações interpessoais define a qualidade do aprendizado cognitivo.

* **Felipe Mello** - mestre em Comunicação na Contemporaneidade pela Faculdade Cásper Líbero. Publicitário graduado pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Autor e ator de teatro, graduado pelo Teatro Escola Célia Helena.

Tema: Adolescentes à deriva: drogas e alcoolismo

Fatores de risco e proteção para problemas com álcool e outras drogas em adolescentes e adultos jovens: implicações na prevenção do abuso de substâncias

*** Robson Ferreira**

PREVENÇÃO - NÍVEIS DE INTERVENÇÃO (CONSUMO)

INTERVENÇÃO	ALVO	METAS	CONTEÚDOS
universal	todos	impedir o início do consumo	habilidades para vida /educação geral
seletiva	pessoas em risco	impedir o início do consumo	intervenções específicas (foco em fatores de risco e proteção)
indicada	usuário	reduzir o consumo e impedir o uso problemático	programa individual ou para pequenos grupos localizados em necessidades individuais

FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO

Conceitos:

- vulnerabilidade e elasticidade

FATORES DE RISCO CONTEXTUAIS (SOCIOCULTURAIS):

- ❖ leis e normas relativas ao consumo de álcool e drogas:
- lei reflete normas sociais;
- oferta x procura (limitam o consumo).

❖ **disponibilidade:**

- fácil acessibilidade aumenta o consumo de álcool e drogas;
- penúria, moradias precárias e lotadas, outros sinais de desvantagem socioeconômicas.

❖ **desorganização da vizinhança:**

- baixo nível econômico, subcultura de desordem, crime na comunidade e empobrecimento rápido.

FATORES DE RISCO INDIVIDUAIS:

- ↑ busca de sensações e pouca evitação de prejuízos predizem alcoolismo de início precoce;
- predisposição psicológica, predisposição genética;
- ↓ deficiência de aldeído - desidrogenase (ADH).

FATORES DE RISCO INTERPESSOAIS:

- comportamentos familiares em relação ao uso de drogas, desintegração familiar, conflitos familiares, fraca ligação familiar, problemas de comportamento persistentes e precoces, deficiências e falências escolares e baixo grau de comprometimento com a escola.

FATORES DE RISCO INDIVIDUAIS E INTERPESSOAIS:

- rejeição nas séries elementares, alienação dos valores dominantes da sociedade e rebeldia, atitudes favoráveis ao uso de drogas e início precoce do uso da droga.

FATORES DE PROTEÇÃO:

- ligação forte com os pais, características parentais positivas, harmonia no lar, suporte familiar e social, comprometimento com a escola, envolvimento regular em atividades religiosas, crenças nas normas e valores da sociedade, crença na auto eficácia, repertório de solução de problemas, temperamento próprio positivo e encorajamento e reforço de valores positivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Hawkins JD, Catalano RF, Miller JY. Related Articles, Links Risk and protective factors for alcohol and other drug problems in adolescence and early adulthood: implications for substance abuse prevention.

Psychol Bull. 1992 Jul;112(1):64-105. Review

Apostila de Micheli, Pechansky

Aconselhamento em dependência química 2ª Ed. - Ronaldo Laranjeira, Neliana Buzi Figlie, Selma Bordin

* **Robson Ferreira** - técnico em dependência química e terapeuta familiar.

CONSULTE NO SITE DO SINPEEM:

legislação, manuais, informativos, programação do SINPEEM Park Hotel e do SINPEEM Peruíbe Hotel, excursões, hotéis conveniados, convênios diversos, relação de todas as escolas, Jornal do SINPEEM, boletins de representantes sindicais e sites úteis.

APROVEITE E MANTENHA SEU CADASTRO ATUALIZADO.

Entre em contato com a Secretaria do sindicato.

3329-4516

secretarias@sinpeem.com.br

Você também pode fazer a atualização preenchendo a ficha disponível no nosso site **www.sinpeem.com.br**



SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Avenida Santos Dumont, 596, CEP 01101-080 - Ponte Pequena

São Paulo-SP - Fone 3329-4500 - www.sinpeem.com.br

DIRETORIA

Presidente	Claudio Fonseca
Vice-presidente	Adelson Cavalcanti de Queiroz
Secretário-geral	Cleiton Gomes da Silva
Vice-secretária-geral	Laura de Carvalho Cymbalista
Secretária de Finanças	Doroty Keiko Sato
Vice-secretária de Finanças	Cleide Filizzola da Silva
Secretário de Administração e Patrimônio	Josafá Araújo de Souza
Secretária de Imprensa e Comunicação	Mônica dos Santos Castellano Rodrigues
Secretária de Assuntos Jurídicos	Nilda Santana de Souza
Vice-secretária de Assuntos Jurídicos	Lourdes Quadros Alves
Secretária de Formação	Maria Cristina Augusto Martins
Vice-secretária de Formação	Gicélia Santos Silva
Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais	Eliazar Alves Varela
Secretário de Política Sindical	João Baptista Nazareth Jr.
Secretária de Assuntos do Quadro de Apoio	Reni Oliveira Pereira
Vice-secretário de Assuntos do Quadro de Apoio	Rogério Marcos de Melo
Secretária de Seguridade Social/Aposentados	Myrtes Faria da Silva
Secretária para Assuntos da Mulher Trabalhadora	Patrícia Pimenta Furbino
Secretária de Políticas Sociais	Luzinete Josefa da Rocha
Secretário de Saúde e Segurança do Trabalhador	Floreal Marim Botias Júnior
Secretário de Organização de Subsedes/Regional	José Donizete Fernandes

DIRETORES REGIONAIS DE SUBSEDES

Alexandre Pinheiro Costa
Almir Bento de Freitas
Edson Silvino Barbosa da Silva
Eduardo Terra Coelho
Fidelcino Rodrigues de Oliveira
João Antonio Donizzetti de Carvalho
José Corsino da Costa
Júlia Maia
Lilian Maria Pacheco
Maria Aparecida Freitas Sales
Maria Hildete G. Nepomuceno Rezende
Teresinha Chiappim



Jornalista responsável: Graça Donegati - Mtb 22.543 – Diagramação: José Antonio Alves

Ilustração da capa: Vinícius Dennis Redondo – CTP: Ajato – Impressão: Brasil Impresso – 5 mil exemplares